

**PERCEPÇÕES DOS/AS
PETROLEIROS/AS SOBRE
A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA
NO SETOR DE PETRÓLEO
E GÁS NO BRASIL**



Escritório Nacional: Rua Aurora, 957 – 1º andar

CEP 01209-001 – São Paulo, SP

Telefones: (11) 3874-5366 / 3821-2199

E-mail: en@dieese.org.br

www.dieese.org.br

Presidente – José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciantes de São Paulo – SP

Vice-presidente – Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

Secretário Nacional – Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba – PR

Diretor Executivo – Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região – SP

Diretora Executiva – Maria Helena Oliveira

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul – RS

Diretor Executivo – Claudionor Vieira do Nascimento

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – SP

Diretor Executivo – Ednilson Rossato

CNTM – Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos

Diretora Executiva – Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco – PE

Diretor Executivo – Gabriel Cesar Anselmo Soares

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

Diretor Executivo – José Carlos Santos Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel – SP

Diretora Executiva – Marta Soares dos Santos

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região – SP

Diretor Executivo – Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia – BA

Diretora Executiva – Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Adriana Marcolino – Diretora Técnica

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Victor Gnecco Pagani – Diretor Adjunto

Elia Elias – Diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

Coordenação do Estudo

Carlos Takashi Jardim da Silveira, Cloviomar Cararine Pereira, Luan Guilherme Cândido e Nelson Karam

Equipe Executora

DIEESE

Revisão Técnica

Vera Gebrim

APOIO

ICS – Instituto Clima e Sociedade

PERCEPÇÕES DOS/AS PETROLEIROS/AS SOBRE A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA O SETOR DE PETRÓLEO E GÁS NO BRASIL

RESUMO EXECUTIVO

- | Este estudo apresenta um mapeamento de percepções e opiniões de dirigentes sindicais petroleiros/as, trabalhadores/as do Sistema Petrobras e trabalhadores/as de empresas privadas do setor de Petróleo e Gás (O&G) no Brasil sobre as mudanças climáticas, a indústria de O&G e o que seria uma Transição Energética Justa;
- | foram realizados dois levantamentos de informações: um por meio de entrevistas em profundidade, com roteiro semiestruturado, junto a 51 dirigentes sindicais e trabalhadores/as do setor de O&G entre junho e setembro de 2025; e outro por meio da aplicação de questionários fechados junto a 116 participantes da XII Plenária Nacional da FUP (PlenaFUP) durante o evento, nos dias 6 e 7 de agosto de 2025;
- | um dos principais resultados do estudo foi que a vasta maioria dos/as trabalhadores/as do setor de O&G entrevistados/as reconheceu a necessidade de que a transição energética fosse realizada para longe dos combustíveis fósseis em decorrência da emergência climática. Muitos/as trabalhadores/as expressaram que o mais importante não é trabalhar na indústria de petróleo em si, mas garantir o sustento familiar: havendo empregos dignos e requalificação para o setor de energias renováveis, eles/as apoiariam e migrariam de setor;
- | outro resultado do estudo foi que os/as petroleiros/as conferem grande importância ao acesso da população à energia. Para eles/as, o debate sobre transição energética passa pela questão do acesso amplo e equânime da população brasileira à energia;
- | há um amplo reconhecimento do aquecimento global e de suas bases científicas entre os entrevistados. Contudo, há diferenças no modo como percebem a responsabilidade da indústria de O&G. Enquanto os dirigentes e trabalhadores da Petrobras reconhecem o papel do petróleo, mas tendem a enfatizar que, no contexto específico do Brasil, o agronegócio e o desmatamento são os maiores vilões climáticos, os trabalhadores do setor privado foram mais diretos em apontar a forte responsabilidade da queima de combustíveis fósseis e da própria indústria de O&G pelas emissões de carbono;

o conhecimento prévio sobre o conceito de “Transição Energética Justa” varia drasticamente dependendo do segmento em que estão inseridos os entrevistados. Os dirigentes sindicais possuem alto domínio do tema, amplamente impulsionado pelas formações do próprio projeto FUP/DIEESE/iCS. Já os trabalhadores da Petrobras têm conhecimento mediano; curiosamente, muitos relataram ter seu primeiro contato com o termo através de campanhas da própria Petrobras, mas frequentemente avaliam o uso institucional com ceticismo, encarando-o como “*slogan*” ou questionando “justa para quem?” diante da continuidade do foco em exploração fóssil. Na outra ponta, os trabalhadores do setor privado desconhecem o termo e o debate que ocorre neste momento;

apesar das diferenças de familiaridade com o jargão, ao discutirem os ideais de uma transição adequada, os trabalhadores e dirigentes convergiram para pilares centrais do que seria “justo”, considerando que: 1) a transição não pode encarecer a energia, deve garantir acesso universal e barato às energias renováveis para toda a população; 2) há necessidade de construção de políticas para realocar e treinar os trabalhadores do setor de O&G, impedindo que o fim gradual das atividades resulte em desemprego; 3) o Estado e a Petrobras devem liderar esse processo, investindo em tecnologias renováveis no Brasil (para gerar empregos locais), em contraposição a um modelo ditado pelo mercado; 4) seja assegurado aos trabalhadores e às comunidades impactadas assento e voz nas tomadas de decisão sobre a descarbonização;

a pesquisa reafirmou a percepção de que a indústria de O&G paga bem, mas cobra um alto preço em periculosidade (riscos de acidentes, exposição a substâncias tóxicas, confinamento) e se caracteriza por profunda desigualdade entre os funcionários da Petrobras e os do setor privado/terceirizado. Uma preocupação latente em relação à transição energética é o temor de que as energias renováveis (como eólica e solar) apresentem vínculos de trabalho mais frágeis, fragmentados e com menores remunerações. Por isso, a atuação sindical e a presença do Estado são percebidas como necessárias para que os novos empregos “verdes” sejam efetivamente decentes.

INTRODUÇÃO

Este relatório de pesquisa é parte do projeto “Mobilização dos trabalhadores das indústrias de energia fóssil pela Transição Energética Justa”, desenvolvido pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em conjunto com a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e apoio do Instituto Clima e Sociedade (ICS). Esse projeto foi realizado entre fins de 2024 e início de 2026 como continuação do projeto “Transição energética e trabalho no setor de petróleo”, executado pelas mesmas organizações entre meados de 2022 e 2024.

O primeiro projeto já definia como objetivo principal dar início a um processo de formação e mobilização dos trabalhadores/as petroleiros/as em prol de uma Transição Energética Justa. Porém, devido a questões estratégicas, focava nos/nas dirigentes sindicais da FUP do segmento de refino de petróleo e gás no Brasil, abordando de forma mais genérica a temática das mudanças climáticas e transição energética justa decorrentes de políticas de descarbonização e transição energética.

Já nesta fase do projeto, buscou-se expandir o público-alvo, para contemplar dirigentes dos sindicatos de outros segmentos contemplados pela FUP e que atuam em contato direto com trabalhadores/as petroleiros/as de todo o Brasil, bem como incluir alguns/mas desses/as trabalhadores/as da base da categoria na pesquisa. Além disso, ampliou-se o escopo da temática, de modo a lidar com a questão da descarbonização, transição energética e da participação dos/as trabalhadores/as nesses processos em todo o setor de petróleo e gás, incluindo os segmentos de Exploração e Produção (E&P) e transporte de petróleo e gás, entre outros.

Uma das formas escolhidas para expandir o público-alvo abarcado e o escopo do projeto foi a realização de pesquisa de campo junto a dirigentes de cada um dos então 13 sindicatos regionais que compunham a FUP (e que não são necessariamente dirigentes da FUP) e com trabalhadores/as petroleiros/as dos diferentes segmentos e empresas da indústria de petróleo e gás, distinguindo-se, em especial, o conjunto de empresas que forma o Sistema Petrobras do conjunto variado de empresas do setor privado.

A hipótese inicial que guiou a elaboração da pesquisa de campo foi a de que as posições, os graus e as formas de participação nas discussões e nos processos de transição energética e descarbonização das atividades do setor de petróleo e gás eram distintas entre os três segmentos entrevistados, quais sejam, dirigentes da FUP, dirigentes dos sindicatos fupistas, trabalhadores/as do Sistema Petrobras e trabalhadores/as de empresas do setor privado de petróleo e gás. Enquanto representantes da FUP já estavam debatendo e defendendo uma Transição Energética Justa no setor de petróleo e gás, haviam conquistado uma cláusula relativa ao tema no acordo coletivo de trabalho (ACT) da Petrobras 2023-2025, se reunido com o diretor de Transição Energética e Sustentabilidade da Petrobras e participado das COPs (Conferências Internacionais) 27 e 28, boa parte dos/as dirigentes dos sindicatos que compõem a FUP e dos/as trabalhadores/as da indústria de petróleo e gás, principalmente os/as do setor privado, pareciam estar ainda muito distantes desse debate e defender posicionamentos focados no aumento da exploração e produção de petróleo e gás a fim de gerar mais empregos na indústria.

Consonante com os objetivos gerais do projeto, a pesquisa teve dois objetivos específicos: captar, identificar e compreender as diferentes percepções desses atores no que diz respeito às mudanças climáticas, à indústria de petróleo e gás natural e seu futuro e ao que seria uma Transição Energética Justa, além de provocar os petroleiros e petroleiras a refletirem sobre esses temas, contribuindo para o objetivo geral do projeto ICS-FUP-DIEESE de formação e mobilização do movimento sindical e dos/as trabalhadores/as de setores de energia fóssil para fortalecer a luta por uma Transição Energética Justa.

Os resultados esperados da pesquisa compreendiam a FUP se posicionando pró Transição Energética Justa, defendendo um processo gradual e negociado com o movimento sindical de transformação setorial do petróleo para outras fontes de energia, enquanto sindicatos fupistas e trabalhadores/as da indústria de petróleo e gás, principalmente os/as do setor privado, se posicionariam contra a transição energética e por mais investimentos e produção de petróleo e gás para manutenção e elevação do emprego no setor. Esperava-se também que as entrevistas contribuíssem, de fato, para o engajamento dos/as entrevistados/as na mobilização por uma Transição Energética Justa. Por último, esperava-se que os resultados da pesquisa sugerissem que são necessárias mais atividades de formação sobre o tema para dirigentes sindicais e trabalhadores/as da indústria de petróleo e gás no Brasil.

Para a realização da pesquisa, optou-se pela adoção de metodologia qualitativa, com aplicação de entrevistas em profundidade junto a dirigentes sindicais e trabalhadores do setor de O&G.

Além dessas entrevistas qualitativas - e diante da oportunidade de acesso a dezenas de dirigentes sindicais e delegados de base do movimento sindical petroleiro proporcionada pelo maior evento nacional da categoria no ano de 2025, a XII PlenaFUP -, decidiu-se também aplicar uma pesquisa quantitativa junto aos/às participantes do evento, por meio de questionário composto por questões fechadas. Tal técnica serviu para instigar a reflexão sobre o futuro do setor de petróleo e gás, as mudanças climáticas, a exploração da Margem Equatorial e a Transição Energética Justa, bem como captar as opiniões do movimento sindical petroleiro fupista sobre esses assuntos.

Como será apresentado, os resultados das entrevistas em profundidade possibilitam interpretações mais complexas do que a hipótese inicial e os resultados esperados dessa pesquisa. Demonstrar-se-á que, embora as percepções e os graus de aproximação com os temas supracitados tenham variado entre dirigentes sindicais da FUP, trabalhadores/as do Sistema Petrobras e trabalhadores/as do setor privado, não foi identificada resistência à transição energética e defesa do aumento da produção de petróleo e gás particularmente mais forte entre os/as trabalhadores/as do Sistema Petrobras e do Setor Privado do que entre dirigentes sindicais da FUP. Deslocando a discussão, os/as petroleiros/as entrevistados/as, como um todo, expressaram como suas maiores preocupações no debate sobre o futuro da indústria de petróleo e gás e ao que seria uma Transição Energética Justa as questões do acesso a empregos dignos e acesso da população à energia.

Este relatório, além desta introdução, está estruturado da seguinte forma: notas metodológicas; resultados da pesquisa qualitativa junto a dirigentes sindicais e trabalhadores/as petroleiros da cadeia O&G e, por fim, os resultados da pesquisa quantitativa junto aos participantes da XII PlenaFUP.

NOTAS METODOLÓGICAS

Primeiramente, é necessário esclarecer que, para a definição dos trabalhadores/as “petroleiros/as” a serem contemplados pela pesquisa qualitativa, foram consideradas duas dimensões: uma descritiva, que diz respeito às atividades econômicas em que laboram; e outra política, relacionada a sua identidade e organização sindical. As atividades econômicas do setor de petróleo e gás compreendem certamente os segmentos de exploração e produção de petróleo e gás natural (E&P), refino de petróleo e gás natural e transporte de petróleo e gás natural, mas também podem envolver a construção, manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a atividade de prospecção e extração de petróleo e gás natural, bem como a construção de gasodutos e oleodutos. Considerando toda a cadeia de valor do petróleo e gás no Brasil, conforme apresentado no “Estudo 1 – Cadeia de valor do setor de O&G e seus trabalhadores”, pode-se também incluir a indústria naval, o setor petroquímico e a distribuição de combustíveis derivados de petróleo e gás natural, feitas pelas atividades de comércio desses produtos.

No que tange à dimensão política, a categoria de trabalhadores/as petroleiros/as no Brasil se organiza nacionalmente em duas federações: a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP). Cada federação, por sua vez, é composta por sindicatos que abrangem trabalhadores/as de uma base territorial específica - geralmente de uma ou mais Unidades Federativas (UFs), embora possam também contemplar um ou mais municípios - e que exercem uma das atividades econômicas do setor de petróleo e gás natural. No caso da FUP, no período de condução da pesquisa de campo, eram 13 os sindicatos que compunham a entidade. Os/as trabalhadores/as representados/as por esses sindicatos eram, em sua maioria, dos segmentos de refino, E&P e transporte, mas também estavam presentes os dos segmentos de fertilizantes; de construção; de manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para a atividade de prospecção e extração de petróleo e gás natural, além de alguns vinculados a setores que não são da indústria de petróleo e gás, mas da energia, como bio-combustíveis e energia eólica.

Devido ao histórico do setor de petróleo e gás e do movimento sindical petroleiro no Brasil, ambos conectadas à história da Petrobras, a identidade “petroleiro/a” foi historicamente associada aos/as trabalhadores/as do Sistema Petrobras. Contudo, com o crescimento da terceirização a partir do final dos anos 1990 e da privatização entre 2016 e 2022, a maior parte dos/as trabalhadores/as nas atividades econômicas típicas da indústria do petróleo e gás passou a ser proveniente de empresas privadas, que não compõem o Sistema Petrobras. Nesta pesquisa, considerou-se como trabalhador/a petroleiro/a todos/as os/as empregados/as do Sistema Petrobras e aqueles/as que trabalham em empresas privadas dos segmentos de E&P, refino e transporte.

Os procedimentos adotados para a elaboração e execução de ambas as pesquisas, são detalhados a seguir.

AS ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE COM DIRIGENTES SINDICAIS E TRABALHADORES

Para a pesquisa junto a dirigentes sindicais e trabalhadores do setor de O&G, adotou-se a técnica de entrevista em profundidade, com roteiro semiestruturado, instrumento de pesquisa qualitativa que se utiliza de um roteiro previamente construído como guia da entrevista, mas, frequenter-

te suprime, acrescenta ou altera questões (bem como sua ordem) durante a entrevista, de acordo com as respostas obtidas e a dinâmica estabelecida entre entrevistador/a e entrevistado/a.

Para a realização dessas entrevistas, foram construídos dois roteiros, um voltado para dirigentes sindicais (ANEXO 1) e outro direcionado para trabalhadores/as da indústria de petróleo e gás (ANEXO 2). A principal diferença entre eles é a seção “movimento sindical e Transição Energética Justa”, presente apenas no roteiro para dirigentes sindicais. No restante, constam as mesmas seções, a saber, “diagnóstico da produção, consumo e da indústria de petróleo e gás”, “percepção do trabalho na indústria de petróleo e gás”, “visão sobre aquecimento global, suas causas e consequências”, “visão sobre transição energética no setor de petróleo e gás”, “visão sobre Transição Energética Justa” e uma pergunta bônus para quem tem vínculo empregatício com o Sistema Petrobras.

Vale observar que como se optou por trabalhar segundo um modelo de ciência reflexivo e não positivo, o que significa, entre outros pontos, que em vez de o entrevistador adotar uma postura distanciada do/a entrevistado/a, a intervenção foi valorizada (BURAWOY, 1998) no decorrer das entrevistas e, a depender de quem estava sendo entrevistado/a, algumas perguntas foram modificadas, outras acrescentadas, outras suspensas e a ordem das questões foi alterada. Isso foi importante para obter respostas mais relevantes para a pesquisa, bem como entrevistas mais fluidas.

Além disso, como um dos objetivos da pesquisa era provocar os petroleiros e petroleiras a refletirem sobre os temas abordados, com o intuito de mobilizá-los/as a lutarem por uma Transição Energética Justa, as questões dos roteiros de entrevista, bem como seu ordenamento, foram elaboradas a partir da seguinte linha argumentativa:

- | trabalhadores/as petroleiros/as possuem uma relação com a indústria de petróleo e gás que passa principalmente pelo vínculo empregatício, que tendem a ser de boa qualidade (formais, com remuneração acima da média do mercado de trabalho brasileiro e relativas boas condições de trabalho);
- | isso tende a gerar uma posição dos/as petroleiros/as pela defesa dos seus empregos e da indústria de petróleo e gás;
- | entretanto, o aquecimento global e as mudanças climáticas são fenômenos reais que estão provocando cada vez mais eventos climáticos extremos, ameaçando vidas;
- | a indústria de petróleo e gás, principalmente pela queima dos combustíveis fósseis, é uma das principais responsáveis pelo aquecimento global e mudanças climáticas, o que faz com que uma transição energética para longe dos combustíveis fósseis seja necessária;
- | essa transição energética provoca mudanças no setor de petróleo e gás natural, impactando negativamente a quantidade de empregos no setor, porém, essas mudanças não necessariamente prejudicarão a vida dos/as trabalhadores/as petroleiros/as, dependendo de como forem feitas;
- | o conceito de Transição Energética Justa tem vários significados, mas todos têm em comum o princípio de que os/as trabalhadores/as petroleiros/as não podem ser penalizados/as por uma transição energética;
- | hoje no Brasil, tanto o governo federal, quanto a Petrobras dispõem de políticas ou planos de

transição energética – e também têm usado o termo “Transição Energética Justa” -, mas não está definido como ocorrerá esse processo;

| por fim, não seria estrategicamente vantajoso para a categoria dos/as petroleiros/as disputar os termos ou princípios dessa transição energética para que ela seja efetivamente justa? Se sim, quais os termos ou princípios de uma Transição Energética Justa para os/as petroleiros/as?

Com os roteiros prontos, montou-se um plano de entrevistas, constituído por uma lista inicial de sessenta (60) entrevistados/as típicos/as, meios de contactá-los/as e marcar as entrevistas; um cronograma de execução das entrevistas; orientações para a realização das entrevistas; e orientações para o tratamento e análise do material gravado.

Como resultado, foram entrevistados/a 51 dirigentes sindicais e trabalhadores/as da indústria de petróleo e gás entre os dias 10 de junho de 2025 e 15 de setembro de 2025, ou seja, em um período de pouco mais de três meses. Dessas 51 pessoas, 35 foram entrevistadas presencialmente, principalmente nas sedes do SindipetroNF, do SindipetroES, da FUP e no Centro de Formação e Lazer (CFL) do Sindsprev Recife, durante a XII PlenaFUP. As outras 16 pessoas foram entrevistadas online, por meio do Google Meet e do Whatsapp. A todos/as foi entregue para assinatura um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), ver em ANEXO 3, no qual consta que não haverá “identificação dos/as entrevistados/as, a menos que eles/as expressamente autorizem, assegurando a confidencialidade dos/as entrevistados/as.”

As entrevistas duraram, em média, uma (1) hora e sete (7) minutos, totalizando cinquenta e sete (57) horas e quinze (15) minutos de gravação, sem considerar o tempo da coleta das informações gerais e sociodemográficas, que foi realizada antes do início de cada gravação. Essas gravações foram transcritas com o uso do software livre e de código aberto chamado NoScribe. Em seguida, as transcrições foram revistas e iniciou-se a etapa de análise das informações obtidas.

A análise das entrevistas foi realizada com apoio do software de análise qualitativa Maxqda, em especial sua extensão Maxqda Tailwind. Com base na hipótese da pesquisa e em análises preliminares das entrevistas, optou-se por comparar as percepções dos/as entrevistados/as dividindo-os/as em três segmentos: dirigentes sindicais liberados/as; trabalhadores/as na ativa da Petrobras; e trabalhadores/as na ativa de empresas do setor privado de petróleo e gás. Neste relatório apresenta-se um perfil desses segmentos e, mais importante, os resultados das comparações de suas percepções, demonstrando o que dirigentes sindicais, trabalhadores/as da Petrobras e trabalhadores/as de empresas do setor privado pensam sobre o futuro do setor de petróleo e gás no Brasil, mudanças climáticas, exploração de novas fronteiras de petróleo e gás como a Bacia da Foz do Amazonas e o que seria uma Transição Energética Justa, entre outros assuntos correlatos.

AS ENTREVISTAS QUANTITATIVAS REALIZADAS NA XII PLENAFUP - 2025

A partir da análise preliminar de 21 entrevistas semiestruturadas, foi elaborado um questionário online pela ferramenta Google Forms, com 23 questões fechadas, sendo cinco sobre o perfil dos respondentes e 18 sobre os temas da pesquisa. O questionário foi aplicado durante os dias 6 e 7

de agosto de 2025 na XII PlenaFUP, evento organizativo mais importante do movimento sindical petroleiro fupista no ano de 2025, do qual participaram 240 delegados petroleiros de todo o Brasil.

A aplicação do questionário se deu mediante convite aberto à participação, feito antes do início de uma atividade da XII PlenaFUP, no dia 6 de agosto de 2025, e do compartilhamento, via grupo de Whatsapp composto por participantes do evento, além de divulgação via cartazes colados nas paredes do auditório principal da XII PlenaFUP, em que constava um QR Code direcionando para o link do questionário da pesquisa. Assim, cada participante preencheu o questionário voluntariamente e em seu próprio smartphone.

No total, no decorrer dos dias 6 e 7 de agosto de 2025, cento e dezesseis (116) pessoas responderam ao questionário, o que corresponde a 48,3% dos presentes ao evento. A partir dos dados resultantes, gráficos foram elaborados mostrando a distribuição percentual das respostas nas opções pré-estabelecidas no questionário. Esses gráficos são apresentados neste relatório e podem ser lidos como um retrato de opiniões do movimento sindical petroleiro fupista durante a XII PlenaFUP sobre o futuro do setor de petróleo e gás no Brasil, as mudanças climáticas, a exploração da Margem Equatorial, a transição energética justa, entre outros assuntos correlatos. Porém, não há como afirmar que os resultados representam estatisticamente a totalidade dos/as participantes da XII PlenaFUP sobre esses temas. Isso porque apesar da amostra ter coberto 48,3% da população, o que é uma fração bem elevada para amostras, as respostas ocorreram de modo voluntário, o que significa que pode ter ocorrido um viés de amostragem.

Ainda assim, tratando-se de um evento no qual foram tomadas decisões políticas sobre os assuntos abordados no questionário na pesquisa, pôde-se examinar os resultados do questionário da pesquisa em comparação aos posicionamentos tirados na XII PlenaFUP, o que possibilitou notar convergências entre as posições aprovadas no evento sobre a exploração na Margem Equatorial e sobre a Transição Energética Justa e as respostas majoritárias relativas a essas questões.

RESULTADOS DA PESQUISA QUALITATIVA JUNTO A DIRIGENTES SINDICAIS E TRABALHADORES/AS PETROLEIROS DA CADEIA O&G

PERFIL DOS/AS PETROLEIROS/AS ENTREVISTADOS/AS

Dirigentes sindicais liberados/as

Foram entrevistados/as 14 dirigentes sindicais liberados/as, sendo, pelo menos, um de cada um dos então 13 sindicatos da base Federação Única dos Petroleiros (FUP). Foram eles/as:

- | Coordenador geral da FUP e diretor do Sindipetro Bahia;
- | Coordenador geral do Sindipetro Amazonas;
- | Diretor do Sindipetro Bahia;
- | Presidente do Sindipetro Ceará;
- | Diretor do Sindipetro Duque de Caxias responsável pelo departamento de Saúde e Segurança do Trabalho;
- | Diretor do Sindipetro Minas Gerais;
- | Coordenador geral do Sindiquímica Paraná;
- | Coordenador geral do Sindipetro Pernambuco e Paraíba;
- | Diretora do Sindipetro Norte Fluminense;
- | Presidente do Sindipetro Paraná e Santa Catarina;
- | Coordenador geral do Sindipetro Rio Grande do Norte;
- | Presidenta do Sindipetro Rio Grande do Sul;
- | Diretor do Sindipetro Espírito Santo;
- | Coordenador geral do Sindipetro Unificado dos Petroleiros do Estado de São Paulo.

a) Perfil por empresa do vínculo empregatício: desses/as 14 dirigentes sindicais, 12 são da Petrobras e apenas dois de outras empresas, o que ilustra bem a atual composição do quadro de diretores/as dos sindicatos de petroleiros fupistas segundo o tipo de empresa com a qual têm vínculo empregatício.

b) Perfil pela identidade de gênero: 12 dirigentes se identificaram como gênero masculino e apenas duas, como feminino, o que também corresponde à atual composição do quadro de diretores/as dos sindicatos de petroleiros fupistas.

c) Perfil por idade: a idade média desses/as dirigentes sindicais é de 45 anos, tendo o mais novo 38 e o mais velho, 53.

d) Perfil pelo nível de escolaridade: 12 possuem ensino superior, incluindo quatro pós-graduados, e dois concluíram o ensino médio.

e) Perfil pelos cargos/funções: embora a maior parte dos/as 14 dirigentes sindicais possuam ensino superior completo, 12 deles/as exercem cargos de nível médio, a saber, seis são técnicos de operação; dois, técnicos de segurança; um, técnico químico; um, técnico de instrumentação; um,

técnico de inspeção e um, supervisor de campo. Apenas dois possuem cargos de nível superior: um é contador e outro geofísico.

f) Perfil por tempo de empresa e na indústria: o tempo médio de empresa e na indústria de petróleo e gás desses/as dirigentes foi de 18 anos, sendo o menor tempo de 14 anos e o maior, de 22 anos.

g) Perfil por território de residência: como foram selecionados, ao menos, um dirigente de cada sindicato de petroleiro da FUP e os sindicatos têm base territorial, suas cidades de residência declaradas foram capitais, cidades das regiões metropolitanas ou então cidades do petróleo, a saber: Manaus (AM), Eusébio (CE), Natal (RN), Recife (PE), Salvador (BA), Catu (BA), Vila Velha (ES), Macaé (RJ), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Curitiba (PR) e Canoas (RS).

Perfil dos trabalhadores/as na ativa

Foram entrevistados/as 37 trabalhadores/as na ativa, sendo 16 da Petrobras; cinco, de subsidiárias da Petrobras; quatro, de operadoras privadas; dois, de empresas de FPSO (afretadas) e dez, de empresas prestadoras de serviços diversos. Mais detalhadamente, entrevistaram-se:

- | cinco trabalhadores/as da Petrobras “administrativos/as”;
- | quatro trabalhadores/as da Petrobras que embarcam;
- | três trabalhadores/as da Petrobras do refino;
- | quatro trabalhadores da Petrobras em outras situações;
- | três trabalhadores/as da Transpetro, sendo um administrativo, um de Sala de Controle Remoto e outro operacional em um terminal;
- | dois trabalhadores/as da Petrobras Biocombustíveis;
- | quatro trabalhadores/as das empresas privadas operadoras de campos de petróleo Equinor, Shell, Trident Energy e Seacrest Petróleo;
- | dois trabalhadores/as da empresa de FPSO (afretada) Moddec;
- | cinco trabalhadores/as de grandes empresas prestadoras de serviços especializados da indústria de petróleo e gás, como as internacionais Baker Hughes e Halliburton, e a nacional Perbras;
- | cinco trabalhadores/as de empresas prestadoras de serviços diversos na indústria de petróleo e gás, seja de manutenção, serviços químicos ou mesmo de hotelaria/alimentação.

a) Perfil pela identidade de gênero: 26 dos/as 37 trabalhadores/as na ativa entrevistadas/os se identificaram como do gênero masculino e 11 como do gênero feminino.

b) Perfil por idade: a idade média desses/as trabalhadores/as era 39 anos, tendo o mais novo 24 e o mais velho, 52.

c) Perfil pelo nível de escolaridade: 24 deles/as possuem ensino superior, incluindo seis pós-graduados/as, e 13 concluíram o ensino médio.

d) Perfil pelos cargos/funções: apesar da maioria possuir ensino superior completo, apenas sete desses/as 37 trabalhadores/as possuíam cargos de nível superior, a saber, quatro engenheiros/as (de laboratório; de operações; de petróleo; e submarino), um geofísico, uma geóloga e um con-

sultor de suprimentos. Outros 21 tinham cargos técnicos: nove de operação; três, de manutenção; um, de segurança; um, em perfuração de poços; um, em química; um administrativo; um, ambiental; um, de controle e sistemas; um, de projetos, construção e mecânica; um, de suprimentos; e um, de logística.

Ainda, um trabalhador era “operador de campo”, realizando o mesmo trabalho que os técnicos de operação. Por fim, dois trabalhadores possuíam cargos no almoxarifado/logística; dois eram “especialistas” (um, de campo; e outro, em suporte técnico), um trabalhador era mecânico de válvula em refinaria; um era alpinista industrial em plataformas; um era cozinheiro de plataforma e uma trabalhava com as mídias sociais de uma empresa.

e) Perfil por tempo total de trabalho na indústria de petróleo e gás: o tempo médio de trabalho na indústria de petróleo e gás desses/as trabalhadores/as era de 14 anos, sendo o menor tempo de um ano e o maior de 26 anos.

f) Perfil pela renda líquida: a remuneração líquida mensal média desses trabalhadores era de R\$12,6 mil, variando de um mínimo de R\$2,5 mil até um máximo de R\$40 mil mensais.

g) Perfil por território de residência: como a pesquisa foi feita com base nas cidades do Rio de Janeiro, Macaé e Campos dos Goytacazes, com amplo apoio do SindipetroNF e da FUP, 24 dos/as 37 trabalhadores/as na ativa entrevistados/as residiam no estado do Rio de Janeiro, sendo oito na cidade do Rio de Janeiro; sete, em Macaé; quatro, em Rio das Ostras; três, em Campos dos Goytacazes; um, em São João da Barra; e um, em Duque de Caxias.

A pesquisa também foi a campo no Espírito Santo e entrevistou quatro trabalhadores/as que residiam em São Mateus e um, em Vitória, além de já ter entrevistado um que residia em Serra.

Na pesquisa feita em Campinas/Paulínia/Cosmópolis, além do coordenador geral do Sindipetro Unificado dos Petroleiros do Estado de São Paulo, que participou como dirigente sindical, foi entrevistado um trabalhador que residia em Campinas.

De outros estados, foram entrevistados/as dois trabalhadores/as de Fortaleza (CE); dois, de Minas Gerais; um, de Mossoró (RN); e um, de Três Lagoas (MS).

h) Perfil pela sindicalização: por fim, dos/as 37 trabalhadores/as na ativa entrevistados/as, 29 eram sindicalizados/as e apenas oito não o eram. Além de filiados aos 13 sindicatos da FUP, foram entrevistados/as também filiados/as ao SindipetroRJ, Sintipicc Macaé (Pintura, Montagem Industrial e Construção Civil), Sinthop Macaé (Hotelaria) e Siticommm Caxias (Construção Civil, Manutenção, Montagem Industrial etc.). Trata-se de uma proporção de sindicalizados/as maior do que as taxas de sindicalização da categoria e isso se explica pelo acesso aos/às entrevistados/as ter se dado principalmente via Congresso dos Petroleiros do Norte Fluminense e através de contatos dos/as dirigentes dos sindicatos de petroleiros da FUP.

RESULTADOS DAS ENTREVISTAS QUALITATIVAS POR TEMAS ESPECÍFICOS

Nesta seção, serão apresentados os resultados das 51 entrevistas realizadas. A exposição está dividida em quatro tópicos temáticos baseados na estrutura e na linha argumentativa dos roteiros de entrevista explicitada nas notas metodológicas, quais sejam: a) a indústria de petróleo e gás

natural e seu futuro; b) o trabalho na indústria de petróleo e gás natural; c) aquecimento global e mudanças climáticas, suas causas e consequências; e d) Transição Energética Justa.¹

Além disso, considerando a hipótese levantada nessa pesquisa de que as posições, os graus e as formas de participação nos debates e nos processos de transição energética e descarbonização das atividades do setor de petróleo e gás são distintas dentro da categoria petroleira, em cada um dos blocos são distinguidas as percepções e posicionamentos de dirigentes sindicais liberados/as, trabalhadores/as na ativa da Petrobras e trabalhadores/as na ativa de empresas do setor privado de petróleo e gás.

A INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL E SEU FUTURO

O primeiro conjunto de questões das entrevistas buscou captar as percepções dos/as petroleiros/as sobre a indústria de petróleo e gás natural em geral, ou seja, a que associam positiva e negativamente essa indústria. Ademais, buscou-se obter opiniões sobre a continuidade, redução ou eliminação da produção e do consumo de petróleo no futuro, o horizonte temporal em que o cenário projetado se realizaria e os fatores que levariam a essa provável situação.

| Dirigentes Sindicais

Em geral, os/as dirigentes sindicais petroleiros/as associaram a indústria de petróleo e gás à energia e soberania; emprego e renda; inovação tecnológica e desenvolvimento; guerras e poluição. Essa indústria foi percebida como estratégica e geradora de riquezas, mas também - e por isso - como causadora de conflitos geopolíticos, além de provocar impactos ambientais e climáticos negativos. Houve ênfase nesse aspecto geopolítico e na relação de proximidade entre petróleo e capitalismo; no fato de o petróleo ser a principal **commodity** da atualidade; e no poder e conflitos intrínsecos à indústria de petróleo e gás. Também foi mencionada a importância do petróleo e do gás natural como fontes de energia (para transportes, aquecimento, cozimento, além de energia elétrica) e como insumos para vários produtos utilizados (combustíveis, plásticos, remédios, fertilizantes), ou seja, como produtos básicos de grande utilidade. Ainda se assinalou que, devido ao consumo em larga escala e difundido desses produtos, a sociedade, hoje, deles depende e que a rentabilidade do petróleo e do gás natural é alta, o que, na lógica capitalista, gera também dependência financeira. Por fim, associou-se a indústria de petróleo e gás natural à soberania energética nacional, considerando a necessidade desses produtos e o papel da Petrobras como responsável pelo abastecimento nacional de petróleo e gás, de modo que o Brasil não dependa de negociações comerciais e políticas com outros países para obter esses produtos tão básicos.

Em relação ao futuro do setor e à transição energética, alguns/mas dirigentes sindicais afirmaram que a transição energética é inevitável e que ela já está ocorrendo, mas houve divergências quanto à velocidade dessa mudança, variando de poucas décadas a até mais de um século. Para outros/as, essa transição energética estaria sendo obstaculizada pela lógica do próprio capitalismo, que não substituirá o petróleo e o gás enquanto forem altamente lucrativos. Outros/as dirigentes

1. Inicialmente, havia nove tópicos a serem apresentados: os quatro mencionados, um sobre o posicionamento político sobre Transição Energética Justa - que foi incorporado ao ponto Transição Energética Justa -; e outros quatro que foram suprimidos, a saber: um sobre a exploração de novas reservas de petróleo, em especial, da Margem Equatorial brasileira; outro sobre a transição energética e seus impactos; um sobre movimento sindical e Transição Energética Justa; e outro sobre a Política Nacional de Transição Energética.

ainda apontaram que a transição energética está ocorrendo justamente porque interessa a grupos capitalistas específicos que dominam as energias renováveis. Muitos/as dirigentes sindicais argumentaram que a transição energética depende de questões geopolíticas e acordos internacionais; do desenvolvimento de novas tecnologias e do aumento da rentabilidade de fontes energéticas alternativas; de políticas públicas de estímulo ao uso de energias renováveis; do financiamento da transição energética; de um preço mais alto do barril de petróleo; e de mudanças na forma da sociedade consumir. Deve-se destacar que alguns diretores/as defenderam o consumo desses produtos como motor do crescimento econômico e sua redução como negativa. Por último, a maioria dos/as dirigentes se posicionou como atores ativos nesse processo, defendendo uma transição justa. Ademais, colocaram a Petrobras como um ator central para liderar essa transição no Brasil.

Trabalhadores/as do Sistema Petrobras

As percepções dos/as trabalhadores/as da Petrobras sobre a indústria de petróleo e gás natural se assemelham às dos/as dirigentes sindicais petroleiros. A indústria de petróleo e gás também foi associada à energia e soberania, emprego e renda, inovação e tecnologia, desenvolvimento, geopolítica, capitalismo, consumismo, guerras e poluição. Muitas das falas associaram a indústria de petróleo e gás à própria Petrobras e, em algumas delas, enfatizou-se a ideia de que a Petrobras é fundamental para a soberania energética e o desenvolvimento nacional e de regiões específicas do Brasil. A Petrobras foi relacionada positivamente ao emprego, às condições de trabalho, à remuneração e ao desenvolvimento tecnológico, principalmente em função do Cenpes. Contudo, foram recorrentes as falas apontando a desigualdade salarial e de condições de trabalho entre empregados próprios da Petrobras e os/as terceirizados/as. Também houve vários comentários sobre a poluição e o impacto climático gerado pela indústria, entre elas algumas criticando a produção excessiva de petróleo e gás no Brasil, que não se orienta para abastecer o mercado nacional ou pelos interesses da sociedade, mas sim para gerar mais lucro e dividendos para os acionistas.

Alguns/mas trabalhadores/as da Petrobras argumentaram que, do mesmo modo que a indústria gera resíduos, a empresa pode desenvolver tecnologias capazes de lidar adequadamente com os resíduos, manifestando uma aposta em soluções tecnológicas que permitam manter a produção de petróleo e gás e reduzir as emissões de gases de efeito estufa e outros resíduos. Também houve quem creditasse a responsabilidade dos impactos ambientais e climáticos do petróleo e gás não à produção em si, mas ao consumo desenfreado e a lógica capitalista que impulsiona essa demanda, argumentando que, sem reduzir a demanda por petróleo e gás, não há como reduzir a produção. Desse modo, assim como entre os/as dirigentes sindicais, no conjunto dos/as trabalhadores/as da Petrobras entrevistados/as houve quem estivesse mais cético quanto à ocorrência de uma transição energética para longe do petróleo e gás, mas houve quem considerasse a transição energética como inevitável, seja por uma questão de necessidade de sobrevivência humana diante de eventos climáticos extremos cada vez mais graves, seja pelo esgotamento das reservas de petróleo e gás e do aumento de seus preços. Houve trabalhadoras da Petrobras que argumentaram que uma transição energética dependerá muito da pressão social, das lutas de trabalhadores/as e ativistas ambientais. Por fim, vários desses entrevistados/as se colocaram como atores que buscam participar das questões sobre o futuro do setor de petróleo e gás e da transição energética participando do movimento sindical petroleiro.

Trabalhadores/as do Setor Privado

No caso dos/as trabalhadores/as do setor privado entrevistados/as, a principal associação positiva da indústria de petróleo e gás foi com sua capacidade de gerar muitos empregos – diretos e indiretos –, na maioria de nível médio de escolaridade ou técnico, com bons vínculos, condições de trabalho e remunerações em comparação com o mercado de trabalho brasileiro. Assim, como entre dirigentes sindicais e trabalhadores/as da Petrobras, vários/as trabalhadores/as do setor privado ressaltaram que o petróleo e gás são fundamentais na sociedade contemporânea, porque são fontes de energia e insumos para vários produtos, de várias indústrias, consumidos em larga escala e porque a indústria de petróleo e gás gera muitos empregos e sustenta a “economia”. Uma diferença notável nas falas dos/as trabalhadores/as do setor privado é a ausência do termo “soberania” ao se referirem ao papel do petróleo e gás na economia. Quanto à Petrobras, não foram comuns as associações diretas da indústria de petróleo e gás com a empresa, embora tenham aparecido, por exemplo, na fala de uma trabalhadora que quis começar a trabalhar no setor de petróleo e gás motivada pela descoberta do pré-sal pela Petrobras, pelo anúncio de que o Brasil havia atingido a autossuficiência em petróleo e pelo “sentimento nacionalista” que teve. Houve também trabalhadores do setor privado que criticaram a venda de ativos da Petrobras para outras empresas, argumentando que isso significou piora nos contratos de prestação de serviços, redução dos investimentos e menor preocupação com os direitos dos trabalhadores e com as comunidades locais.

Outras associações feitas pelos/as trabalhadores/as do setor privado da indústria de petróleo e gás pelo lado positivo foram a segurança do trabalho, o aprimoramento contínuo dos processos e o desenvolvimento regional – não só através da criação de empregos, mas da geração de *royalties* e investimentos que melhoram as cidades, como nos casos de Macaé e São Mateus. Já pelo lado negativo, foram relacionadas a sobrecarga de trabalho e as desigualdades socioeconômicas entre trabalhadores/as na indústria; o consumismo; a poluição; e o impacto climático gerados pela indústria.

Com relação às opiniões sobre o futuro do setor de petróleo e gás e a transição energética, os/as trabalhadores/as do setor privado pareceram ser mais céticos quanto à substituição do petróleo e do gás natural por outras fontes energéticas. Alguns/mas responderam que creem que uma mudança ocorrerá, mas muito lenta e gradual, ou ainda, em um “futuro distante”, o que significaria, no mínimo, 30 anos para o início de uma transição mais efetiva. Houve trabalhadores/as que responderam que a produção e o consumo de petróleo e gás “nunca vai acabar” ou que só vai parar quando as reservas se esgotarem. Por outro lado, vários/as entrevistados/as afirmaram querer que ocorra uma transição energética para longe dos combustíveis fósseis justamente por preocupação ambiental, climática e de sobrevivência das próximas gerações. Entre os fatores citados para que essa transição ocorra, foram citadas a escassez e o alto preço do petróleo; o avanço tecnológico das energias renováveis; a pressão exercida por eventos climáticos extremos e doenças; pactos globais; e mudança do consumismo e do capitalismo. Por fim, diferentemente dos/as dirigentes sindicais e dos/as trabalhadores/as da Petrobras entrevistados, entre os/as do setor privado o posicionamento predominante em relação à transição energética é de que são atores mais distantes, que apenas observam o processo e se adaptarão ao que ocorrer.

O TRABALHO NA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

O segundo conjunto de questões das entrevistas buscou captar como os/as petroleiros/as percebem o trabalho na indústria de petróleo e gás natural, os pontos avaliados como positivos e os negativos. Em algumas entrevistas, perguntou-se como o/a entrevistado/a passou a trabalhar na indústria de petróleo e gás, o que o/a atraiu. Também abordou-se o conceito de “trabalho digno” e “trabalho decente” no contexto da indústria de petróleo e gás. Além disso, em algumas entrevistas, foi debatido o argumento de que a indústria de petróleo e gás possui bons empregos e as indústrias de energias renováveis possuem empregos piores, de modo que uma transição energética tenderia à precarização (redução da remuneração, perdas de benefícios e piores condições de trabalho). Por fim, nas entrevistas com os/as trabalhadores/as na ativa, dialogou-se sobre suas perspectivas profissionais. Buscou-se, com isso, captar a relação do/a entrevistado/a com seu emprego, com a empresa na qual trabalha e com a atividade que realiza.

| Dirigentes sindicais

Em geral, os/as dirigentes sindicais entrevistados/as assinalaram que os empregos na indústria de petróleo e gás natural possuem remunerações acima da média do mercado de trabalho brasileiro. Alguns/mas dirigentes argumentaram que isso está associado à maior complexidade das atividades da indústria de petróleo e gás, que exige capacitações, formações específicas e experiência de trabalho e leva à necessidade de retenção dos profissionais, além de haver alguns trabalhos bem pesados. Foi dito também que essa remuneração acima da média está associada à organização e às lutas sindicais de longa data do movimento sindical petroleiro. O setor de petróleo e gás está consolidado no Brasil há muitos anos e o movimento sindical petroleiro também. Adicionalmente, alguns dirigentes apontaram que a alta lucratividade do setor possibilita maiores remunerações.

Entretanto, apesar das remunerações na indústria de petróleo e gás serem mais altas que as da média do mercado de trabalho brasileiro, a opinião majoritária entre os/as dirigentes sindicais foi a de que o mercado de trabalho petroleiro é muito desigual. Os empregos na Petrobras são percebidos pela maioria deles como bons, dignos e/ou decentes, devido à boa remuneração, benefícios, plano de saúde, à escala 14 por 21 e porque suas atividades contribuem para a economia local e o desenvolvimento nacional. Já nas operadoras privadas multinacionais, segundo um dirigente, os empregos possuem boa remuneração, sendo “dignos”, mas não “decentes”, uma vez que avalia que a pressão da gestão da empresa sobre os/as trabalhadores/as é muito alta e a jornada é muito extensa. No caso dos/as trabalhadores/as das empresas privadas prestadoras de serviços, que muitos dirigentes chamam de “terceirizados/as”, o emprego não é percebido como “digno”, nem como “decente”, pois as remunerações são menores, as jornadas extenuantes e as condições de trabalho ruins.

Além dessa desigualdade entre os/as trabalhadores/as da indústria de petróleo e gás, os/as dirigentes sindicais apontaram que os trabalhos na indústria possuem alto risco de acidentes e de adoecimento, devido à exposição a ruídos constantes e a substâncias cancerígenas como o benzeno; a outras substâncias inflamáveis, explosivas e intoxicantes, como o sulfeto de hidrogênio (H₂S); e à situação de confinamento para quem trabalha embarcado. Uma dirigente sindical apontou também como aspecto negativo do trabalho na indústria de petróleo e gás o perfil pre-

dominantemente masculino dos trabalhadores e o machismo. Ela relatou que nas plataformas de petróleo e gás, por exemplo, quase não há camarotes e nem banheiros femininos, o que limita muito a possibilidade de petroleiras trabalharem embarcadas.

Quanto ao argumento de que indústria de petróleo e gás possui bons empregos e as indústrias de energias renováveis possuem empregos piores, de modo que uma transição energética geraria precarização do trabalho, alguns dirigentes comentaram que muitos empregos na indústria de petróleo e gás já são precários, como os das empresas privadas prestadoras de serviços no segmento de hotelaria para as plataformas, por exemplo.

Ainda outro dirigente assinalou que as energias renováveis, como a solar e a eólica, de fato têm problemas. Além de demandarem mais trabalhadores apenas na fase de instalação e poucos na de manutenção, o que tem se observado no Rio Grande do Norte são vínculos de trabalho mais frágeis – muitos como Pessoa Jurídica e trabalho temporário –, menores remunerações e piores condições de trabalho, se comparados com a realidade da indústria de petróleo e gás. No mesmo sentido, outro diretor apontou que o trabalho de um operador de caldeira na Refinaria de Paulínia (Replan) é muito melhor do que o de uma usina de álcool da mesma região (Campinas/Cosmópolis). Outra dirigente ponderou, ainda que, como nas energias renováveis a complexidade dos trabalhos é menor e as atividades são mais fragmentadas, a organização sindical é mais difícil e isso tende a favorecer a precarização do trabalho.

Por fim, outro dirigente sindical compartilhou sua opinião de que a boa qualidade do emprego na indústria de petróleo e gás estaria mais associada ao Sistema Petrobras e seu caráter estatal do que à indústria em si, de modo que essa dimensão estatal-privado é fundamental para a reflexão sobre a transição energética e a precarização do trabalho.

Trabalhadores/as do Sistema Petrobras

De fato, entre os/as trabalhadores/as do Sistema Petrobras entrevistados/as, a avaliação quanto a trabalhar na Petrobras ou em suas subsidiárias foi bastante positiva para a maioria. Foi declarado que a Petrobras é a melhor empresa do Brasil para se trabalhar por causa da estabilidade no emprego, da liberdade de manifestação, dos salários dignos e do orgulho de produzir energia, que é essencial à humanidade. Outra trabalhadora exaltou o papel da Petrobras para a soberania energética e para a erradicação da pobreza energética. Outro trabalhador ainda afirmou que devido ao aspecto estratégico e ideológico da empresa como estatal e nacionalista, há um forte sentimento de pertencimento e orgulho em trabalhar lá.

Isso inclusive foi associado à dignidade do trabalho no Sistema Petrobras. Além de ter empregos que remuneram bem e têm bons benefícios (plano de saúde, auxílio escolar, licenças maternidade e paternidade, folgas boas) – o que foi pontuado como um prêmio pelo risco de sofrer acidentes e de adoecer –, a dignidade está na função social da Petrobras. Um geocientista da empresa respondeu que considera digno fazer algo que está na fronteira do conhecimento, ajudando a desenvolver ciência e tecnologia do país. Um trabalhador da Petrobras Biocombustíveis (PBIO) considerou digno a Petrobras investir na transição energética, em biocombustíveis.

Analisando as histórias de como alguns/mas entrevistados/as passaram a trabalhar no Sistema Petrobras, foi recorrente o relato de que não havia uma intenção prévia de trabalhar especificamente na indústria de petróleo e gás, mas de que era sabido que os empregos eram bons em termos de remuneração e benefícios e quando surgiu um concurso, o/a entrevistado/a fez a prova e foi aprovado, ingressando na Petrobras ou em uma de suas subsidiárias sem saber muito sobre o trabalho. Uma vez dentro, outros aspectos além da remuneração e dos benefícios acabaram sendo decisivos para reter o/a trabalhador/a na empresa, como, no caso de uma trabalhadora do Sistema Petrobras, a proposta de gerar desenvolvimento regional no Brasil.

Ainda sobre trabalho digno, um trabalhador expressou a opinião de que os critérios não são só boa remuneração, mas ter tempo, reconhecimento, apoio e uma equipe legal. Em seu caso específico, ele percebe seu trabalho como indigno, pois atua como fiscal de contratos à distância, um “piloto de computador”, em suas palavras, não indo à campo, o que impossibilita realizar o que considera ser um bom trabalho.

Outra trabalhadora declarou que percebe muita dignidade no seu atual ambiente de trabalho, em um setor administrativo da Petrobras, por haver reconhecimento e acolhimento das diversas identidades de gênero e de orientações sexuais. Relata, no entanto - corroborando a fala supracitada da dirigente sindical -, que infelizmente isso não ocorre nas plataformas, que é um ambiente “extremamente machista” e hostil para mulheres e LGBTs. Ainda nesse sentido, outra trabalhadora relatou que, quando mais jovem, teve muita dificuldade de conseguir um emprego no setor privado de petróleo e gás, mesmo tendo a formação técnica necessária, e que só conseguiu entrar no setor porque passou no concurso para o Sistema Petrobras.

Um último aspecto positivo de trabalhar no Sistema Petrobras citado nas entrevistas foi o de haver um grande poder de barganha dos trabalhadores petroleiros, associado tanto ao fato de poderem causar grandes prejuízos econômicos e materiais, quanto ao elevado grau de organização sindical. Esse ponto foi destacado como positivo não só porque favorece a obtenção de melhores salários e benefícios, mas porque garante aos/às trabalhadores/as um suporte sindical contra assédios sexuais ou morais e pressões de gestores para que trabalhadores/as realizem ações inseguras.

Alguns/mas trabalhadores/as do Sistema Petrobras expressaram a opinião de que tem um aspecto indigno de seus trabalhos, que é o de impactar negativamente o meio ambiente, dado que as atividades da indústria de petróleo e gás geram poluição atmosférica, contaminam o lençol freático e os mares. Uma trabalhadora apontou o racismo ambiental em regiões de unidades da Petrobras e relatou que sente um aspecto ruim em trabalhar para uma empresa poluidora. Outra trabalhadora afirmou que o elemento mais indigno do trabalho está na orientação da produção para o lucro, o que não é exclusividade da indústria de petróleo e gás, mas que é conflito sempre presente devido à natureza econômica mista da Petrobras.

Assim como os/as dirigentes sindicais, os/as trabalhadores/as do Sistema Petrobras apontaram como aspectos negativos a exposição ao benzeno, ao H₂S, a ambientes com altas pressões, altas temperaturas, com risco de vazamento de gás, de óleo, de explosões, incêndios, bem como de acidentes no transporte por helicóptero para as plataformas. Entre os/as que trabalham embarcados, foi comum a fala de que o confinamento nas plataformas provoca adoecimento mental. Um

trabalhador adicionou que a situação é ainda pior para quem trabalha sem escala e nem plataforma fixa, por se sentir mais isolado. Outro trabalhador mencionou a incerteza sobre atendimento médico nos casos em que se passa mal nas plataformas.

Os/as trabalhadores/as do Sistema Petrobras também reforçaram as falas dos/as dirigentes sindicais sobre a desigualdade entre os/as trabalhadores/as da indústria de petróleo e gás. Alguns depoentes detalharam a vasta cadeia de profissões e funções que dão suporte às atividades da indústria e afirmaram haver um grande “desequilíbrio” salarial, de benefícios, de reconhecimento, de treinamento e de crescimento profissional entre os funcionários da Petrobras e os das empresas prestadoras de serviços, como as de hotelaria, pintura e reparo. Um trabalhador comentou, por exemplo, que a rotatividade dos trabalhadores do setor privado é bem mais alta que a da Petrobras, um sinal de precariedade do trabalho. Outro trabalhador também pontuou que observou a precarização do trabalho de quem trabalha nas prestadoras de serviços após a Lava Jato.

Quanto ao argumento de que a transição energética da indústria de petróleo e gás para as energias renováveis irá gerar precarização do trabalho, um trabalhador do Sistema Petrobras comentou que os salários na PBIO são significativamente superiores aos de outras usinas de biocombustíveis, o que reforça a opinião supracitada do dirigente sindical de que a dimensão estatal-privado é importante para pensar se a transição energética precariza o trabalho ou não.

Por último, quanto às perspectivas profissionais dos/as trabalhadores/as da Petrobras, a maioria manifestou querer se aposentar no Sistema Petrobras, pois os empregos pagam bem, têm estabilidade e são percebidos como trabalhos dignos. Um trabalhador falou que a Petrobras é a “empresa da minha vida” e que tem o “emprego dos sonhos”. Outro trabalhador relatou querer parar de trabalhar embarcado e migrar para o trabalho administrativo, mas ainda na Petrobras. Outro comentou estar insatisfeito com sua função e querer ser realocado, declarando, inclusive o desejo de que a Petrobras investisse mais em transição energética e o transferisse para essa atividade. Relata ainda que pensa em se aposentar na Petrobras, mas cogita sair da empresa caso se mantenha na indignidade do trabalho de “piloto de computador”. Uma trabalhadora relatou que gostaria de sair da Petrobras para fazer algo “para o bem” (no sentido ecológico). Houve também depoimentos de trabalhadores que querem se aposentar no Sistema Petrobras, mas têm medo de mudança de governo que provoque a privatização das subsidiárias nas quais trabalham.

| Trabalhadores/as do Setor Privado

Assim como entre os/as trabalhadores/as do Sistema Petrobras, muitos/as trabalhadores/as entrevistados/as do setor privado também avaliaram positivamente seus empregos. Porém, isso variou mais de acordo com o tipo de empresa, o segmento e a profissão. Trabalhadores/as das operadoras privadas, como Shell, Equinor e mesmo Trident Energy – que é uma petroleira brasileira de menor porte – relataram que, em comparação com outras empresas do setor privado, têm boa remuneração, bons benefícios, mais estabilidade e melhores condições de trabalho. Um deles revelou que considera bom trabalhar na Trident, pois a escala 14 por 14 é, de fato, respeitada, o que não ocorria quando ele trabalhava em uma multinacional prestadora de serviços; em suas palavras, ele se sentia como um “escravo”. Outra trabalhadora afirmou que nas prestadoras de serviços o ambiente é mais puxado, com jornadas de trabalho exaustivas e condições de trabalho precárias

(cabines pequenas, risco em sondas), além da pressão constante dos clientes. Já nas operadoras, em sua experiência, a pressão é menor e as condições de trabalho são bem melhores.

Outra trabalhadora, atualmente em uma multinacional do segmento de afretamento e operação de plataformas (EPCI), avaliou que seu salário e seus benefícios são bem melhores do que quando trabalhava em uma empresa nacional prestadora de serviços à Petrobras. Dentre os/as trabalhadores/as de empresas prestadoras de serviços, os julgamentos sobre seus empregos variaram segundo o tipo/tamanho da empresa, segmento e até de acordo com o cliente da empresa. Por exemplo, um trabalhador de uma prestadora de serviços para a atividade de extração de petróleo em terra, muito comum no norte capixaba, na Bahia e no Rio Grande do Norte, lamentou a piora da situação com a redução de investimentos por parte da Petrobras e com a venda de ativos em terra para petroleiras privadas. No caso relatado por ele, em São Mateus (ES), a situação para os trabalhadores das empresas que prestam serviços piorou quando o cliente deixou de ser a Petrobras e passou a ser uma operadora privada.

Trabalhadores/as das grandes multinacionais prestadoras de serviços afirmaram ter bons empregos e salários. No entanto, mais de um/a deles/as comentou que depois da crise do petróleo, por volta de 2015, os salários e benefícios caíram. Outros/as trabalhadores/as jovens, de empresas prestadoras de serviços menores, relataram que seus salários são baixos e suas jornadas exaustivas. Uma dessas trabalhadoras mencionou inclusive que ganhava mais quando era vendedora no Shopping do que atualmente trabalhando no escritório de uma dessas empresas. Houve também mais de um entrevistado criticando os baixos salários da hotelaria. Adicionalmente, houve críticas quanto à desigualdade existente entre os trabalhadores da Petrobras e os terceirizados. Um trabalhador da hotelaria criticou a Petrobras por não equiparar os salários e condições de trabalho entre seus funcionários e os terceirizados, que muitas vezes realizam as mesmas funções. Segundo seu depoimento, um mecânico da Petrobras ganha mais do que um mecânico terceirizado, o que gera conflitos e insatisfação.

Um aspecto avaliado como positivo pelos trabalhadores/as do setor privado que embarcam é a escala de trabalho 14 por 14. É importante registrar que na Petrobras a escala de trabalho é de 14 por 21, mas nem por isso os/as trabalhadores/as do setor privado consideram que seus 14 dias de folga são insatisfatórios, já que os comparam com escalas de trabalho em terra, e não com a escala da Petrobras. Um trabalhador da hotelaria assinalou que só trabalha embarcado por conta da folga, pois conseguiria receber um salário equivalente em terra.

No entanto, diferentemente do que os/as trabalhadores/as do Sistema Petrobras relataram, entre os/as trabalhadores/as do setor privado houve muitas falas reportando a longas jornadas de trabalho; à pressão constante por resultados e para não se envolverem em acidentes; ao trabalho sob demanda, sem hora para sair e em finais de semana, feriados; à exaustão e ao estresse. No caso dos/as que trabalham embarcados, assim como dito pelos/as trabalhadores/as da Petrobras, também foi apontado o confinamento como o principal aspecto negativo do trabalho. Um trabalhador relatou que quando está embarcado se sente “em cima de uma bomba relógio” e “enclausurado”.

Questionados/as sobre se consideram seus trabalhos “dignos” e/ou “decentes”, a maioria dos/as trabalhadores/as do setor privado também respondeu que sim, com alguns/mas destacando a

remuneração e os benefícios, o bom ambiente de trabalho e vários/as relacionando a dignidade do trabalho à atividade realizada e seus impactos – o que também foi relatado por trabalhadores/as do Sistema Petrobras. Uma trabalhadora geóloga assinalou que considera seu trabalho digno porque, ao descobrir reservas de petróleo, possibilita toda a atividade de extração e depois de produção de derivados de petróleo, gerando empregos e impostos que são revertidos para a sociedade. Outra trabalhadora também compartilhou que considera seu trabalho digno e de grande importância para a sociedade, pois envolve toda uma cadeia que transforma o que se utiliza no dia a dia, desde plásticos até combustíveis. Outro trabalhador ainda ressaltou que a dignidade está em ser petroleiro e contribuir para o crescimento do país.

Também houve uma fala que associou a dignidade do trabalho à credibilidade da empresa. Segundo uma trabalhadora de uma multinacional prestadora de serviços, ela não trabalharia em uma empresa investigada por corrupção. Por último, também baseando-se em preceitos morais, um trabalhador da hotelaria respondeu que seu trabalho é digno, o que não é digno é o seu salário, destacando o problema dos baixos salários desse segmento na indústria de petróleo e gás.

Quanto aos aspectos negativos e indignos do trabalho na indústria de petróleo e gás, as respostas dos/as trabalhadores/as do setor privado se assemelharam às dos/as trabalhadores/as da Petrobras. Uma trabalhadora apontou como aspectos “feios” do petróleo a questão ambiental e o uso político do petróleo e relatou sentir vergonha de o presidente dos EUA, Donald Trump, promover a exploração de petróleo e gás de forma agressiva. Nesse sentido, vários trabalhadores/as criticaram os impactos ambientais da atividade de petróleo e gás. Foi citada a contaminação ambiental por meio dos queimadores (flare), do descarte inadequado de água com contaminantes no mar, dos problemas de derramamentos de petróleo na extração em terra. Um trabalhador refletiu que, ao considerar o impacto ecológico e a destruição causada pela indústria, a dignidade de seu trabalho torna-se questionável.

Sobre a indústria de petróleo e gás oferecer bons empregos e a de energias renováveis, empregos ruins, de modo que a transição energética tende a precarizar o trabalho, um trabalhador da hotelaria discordou prontamente. Ele afirmou que a única diferença positiva de se trabalhar embarcado é a folga, pois em terra se ganha até melhor, novamente evidenciando que na indústria de petróleo e gás também há empregos de baixa qualidade.

As histórias de como os/as entrevistados/as passaram a trabalhar na indústria de petróleo e gás revelaram mais do que a motivação por empregos bons em termos de remuneração e benefícios. Apesar de muitos/as trabalhadores/as terem afirmado que foram atraídos pela indústria de petróleo e gás pelo “financeiro”, pelo “money”, algumas histórias diferiram. Uma trabalhadora contou que foi atraída pela indústria de petróleo e gás devido a sua formação em geologia e ao anúncio, em meados dos anos 2000, de que o Brasil havia atingido a autossuficiência em petróleo e a Petrobras havia descoberto uma grande reserva de petróleo na camada do pré-sal. Segundo a trabalhadora, que nunca foi empregada da Petrobras, isso despertou um sentimento nacionalista e um interesse em trabalhar com grandes descobertas.

Outros/as trabalhadores/as relataram ter ingressado no mercado de trabalho petroleiro não por vontade específica de trabalhar nessa indústria, mas porque precisavam de emprego e as cida-

des nas quais moravam ou foram morar têm forte presença da indústria de petróleo e gás. Um trabalhador contou que foi “empurrado” para a indústria de petróleo e gás depois que se mudou com sua mãe para Macaé, uma cidade que era considerada a capital nacional do petróleo. Outra trabalhadora relatou que entrou “sem querer” após uma entrevista para assistente de **marketing** em uma empresa que também atuava no setor de petróleo. Outro trabalhador alegou ter entrado no setor por meio de um estágio de almoxarife enquanto cursava administração e ressaltou que, como Macaé gira em torno do petróleo, é comum as pessoas acabarem trabalhando no setor, mesmo que não tenham essa intenção. Por fim, um entrevistado que nasceu e cresceu em São Mateus, contou que desde criança via seu pai – e depois seu irmão, primos – trabalhando na extração de petróleo em terra, o que despertou seu interesse pela área de mecânica, que em São Mateus era muito específica para petróleo. Ele também se interessava pelo trabalho em campo, preferindo-o ao trabalho de escritório e esses fatores contribuíram muito para que se tornasse um operador de campo de petróleo.

Quanto às perspectivas profissionais, os relatos dos/as trabalhadores/as do setor privado variaram bem mais do que os dos/as trabalhadores/as do Sistema Petrobras. Trabalhadores/as das operadoras multinacionais, de uma multinacional do segmento de afretamento (EPCI) e de uma multinacional prestadora de serviços afirmaram gostar de seus empregos, da empresa em que trabalham e, por isso, querem se aposentar nelas. Entretanto, aqui há uma diferença do relatado pelos/as trabalhadores/as da Petrobras: o medo de ser demitido antes da aposentadoria. Uma trabalhadora de uma operadora multinacional expressou medo de perder seu emprego antes de se aposentar, potencializado ainda pela possibilidade de a transição energética tornar seu trabalho menos relevante. Alguns/mas trabalhadores/as de prestadoras de serviços compartilharam que querem se aposentar na indústria de petróleo e gás, independentemente da empresa em que estiverem. Um deles/as contou que só faltam cinco anos para sua aposentadoria, o que corresponde, em sua conta, a trabalhar em mais três contratos de prestação de serviços à Petrobras, que pode ser realizado por qualquer empresa que ganhar a licitação.

Trabalhadores do setor privado de São Mateus, onde ocorre extração de petróleo em terra, declararam que querem continuar trabalhando na indústria de petróleo e gás, mas se queixaram da falta de investimentos e da baixa produção atual. Um deles manifestou inclusive que se houver oportunidades nas energias renováveis, ele migra.

Quanto a quem trabalha embarcado, assim como entre trabalhadores/as da Petrobras, entre os/as do setor privado houve quem expressasse o desejo de parar de embarcar e migrar para o trabalho de escritório. Segundo um trabalhador de uma operadora nacional, essa mudança seria desejável para que possa ter uma rotina e criar filhos.

Diferentemente do que foi escutado em geral nas entrevistas com trabalhadores/as do Sistema Petrobras, entre os/as trabalhadores/as do setor privado foi bem mais comum quem expressasse o desejo de sair da indústria de petróleo e gás. Um trabalhador afirmou que em cinco anos espera estar trabalhando com energias renováveis e alegou que essa seria uma forma de retribuir o impacto ambiental de sua atuação na indústria de petróleo e gás. Um alpinista industrial que trabalha embarcado manifestou querer migrar para o alpinismo esportivo. Um casal de trabalhadores relatou que quer sair da indústria de petróleo e gás, se mudando de Macaé para trabalhar no

setor de serviços em uma grande cidade do estado do Rio de Janeiro. Por fim, um trabalhador da hotelaria comunicou querer trabalhar no ramo de cruzeiros turísticos, não só pela maior remuneração, mas para realizar seu sonho de conhecer as Maldivas. Entretanto, esse mesmo trabalhador informou que planeja fazer concurso para trabalhar na Petrobras.

AQUECIMENTO GLOBAL E MUDANÇAS CLIMÁTICAS, SUAS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

O terceiro conjunto de questões procurou apreender se os/as petroleiros/as entrevistados/as compartilham da percepção convencional científica do aquecimento global e das mudanças climáticas, que norteia, por exemplo, os acordos internacionais do clima, ou se têm outra percepção sobre o tema; o quanto conhecem sobre a questão e o quão importante a consideram na atualidade. Adicionalmente, buscou-se captar se os/as petroleiros/as percebem que a indústria de petróleo e gás, considerando desde a extração até a queima dos combustíveis, é responsável pelo aquecimento global e as mudanças climáticas – e em que medida.

| Dirigentes Sindicais

Praticamente todos/as dirigentes sindicais da FUP entrevistados/as reconheceram a existência do aquecimento global e das mudanças climáticas, entendendo que o aquecimento global é causado pelo efeito estufa gerado por gases como o CO₂ e o gás metano. A maioria percebe que esse fenômeno representa uma grave crise para humanidade e alguns/mas disseram estar pessimistas, apontando que acham que foi ultrapassado o “ponto de não retorno”, que se caminha para a “barbárie” e/ou para a extinção de boa parte dos/as seres humanos, com a sobrevivência de somente alguns. Um dirigente afirmou que, com o aumento da temperatura do planeta, ocorre aumento do vapor d’água na atmosfera, o que intensifica o efeito estufa e acrescentou que o aumento da temperatura e do CO₂ absorvido pelo mar está alterando o pH da água, dissolvendo corais e liberando mais gás carbônico de fontes não antrópicas.

Apenas uma dirigente sindical disse não estar convencida de que o aquecimento global seja causado pela ação humana através das emissões de gás carbônico. Argumentou que os estudos científicos apresentados cobrem um período muito curto (200 anos) em relação ao tempo geológico da Terra, o que a impede de se sentir plenamente convencida da correlação entre a emissão de gases de efeito estufa e o aquecimento global. Considera, no entanto, que talvez saiba pouco sobre o assunto e reconhece mudanças climáticas provocadas por outras ações humanas, como o desmatamento, que altera o regime de chuvas.

Os impactos das mudanças climáticas foram bastante mencionados pelos/as dirigentes sindicais. Alguns destacaram que os eventos extremos climáticos têm se tornado mais frequentes e impactam mais os pobres e periféricos. Alguns/mas dirigentes mencionaram as enchentes no Rio Grande do Sul, em 2024, como grande exemplo dos efeitos das mudanças climáticas. Um dirigente apontou o aumento do nível do mar; outro comentou com preocupação a vulnerabilidade de cidades brasileiras às mudanças climáticas, em especial às enchentes. Outro ainda levantou estar muito preocupado com a emergência climática, observando que ambientalistas e especialistas preveem mais ondas de calor, mortes por calor excessivo, enchentes, chuvas intensas e secas. Este último ressaltou que no Ceará,

onde reside, a quadra chuvosa está mais curta e há dificuldades na produção de alimentos, com extremos climáticos se tornando mais frequentes, como secas excessivas ou chuvas em demasia.

Quanto à responsabilidade da produção e consumo de petróleo e gás natural e seus derivados no aquecimento global e nas mudanças climáticas, a opinião majoritária entre os/as dirigentes sindicais petroleiros/as entrevistados/as foi a de que o petróleo e o gás não são o maior vilão do aquecimento global. A avaliação desses entrevistados é que a maior responsabilidade é da agropecuária e o desmatamento. O coordenador da FUP argumentou que a matriz energética e elétrica do Brasil tem como especificidade ser mais limpa e renovável do que a média e que no Brasil, a indústria de petróleo e gás emite sim gases de efeito estufa, mas em menor quantidade do que o agronegócio, o desmatamento e o mau uso da terra, que são os maiores emissores. A dirigente da FUP e do Sindipetro informou que, no Brasil, o petróleo e gás respondem por entre 16% e 18% do total de emissões de gases de efeito estufa e que a maior parte dessas emissões provêm da queima de combustíveis no setor de transportes. Outro dirigente avalia que a indústria de petróleo e gás é percebida como vilã da crise climática porque nos Estados Unidos e em alguns países europeus a maior parte das emissões de gases de efeito estufa se dá pelo uso de petróleo e gás e pondera que no Brasil a situação é diferente, pois a matriz energética é relativamente limpa e não tão dependente do petróleo para a geração de energia e acrescenta que, no país, o uso de petróleo e gás está mais ligado ao deslocamento de pessoas e materiais. Outro dirigente ainda chamou a atenção para o fato de que a informação sobre as principais causas do aquecimento global - que são o mau uso do solo, o agronegócio, o desmatamento e as queimadas, e não o petróleo e gás - nem sempre chega à sociedade.

Ainda que muito tenha sido dito sobre a maior responsabilidade do uso do solo e da agropecuária nas emissões de gases de efeito estufa no Brasil, alguns/mas dirigentes discutiram sobre a contribuição do petróleo e gás nas mudanças climáticas. Um deles lamentou que a humanidade, ao desenvolver tecnologias como veículos a combustão e processos industriais poluentes no século XX, não tenha previsto as consequências a longo prazo. Outros enfatizaram que o impacto do petróleo e gás para as mudanças climáticas é bastante significativo, seja através dos carros a combustão, do uso de hidrocarbonetos para gerar energia e aquecimento em muitos países ou de equipamentos industriais que utilizam combustíveis fósseis. Um dirigente afirmou que, tendo em vista os eventos extremos climáticos, é preciso que a sociedade aja agora para diminuir o consumo de combustíveis fósseis. Outro ainda criticou que a indústria de petróleo e gás contribui para o problema ao operar segundo a lógica capitalista e não investindo na transição energética, apesar de possuir os recursos para isso.

Alguns/mas dirigentes sindicais compartilharam a opinião de que embora o petróleo e o gás gerem aquecimento global, é possível reduzir as emissões de todos os segmentos da cadeia produtiva do setor. Um deles/as assinalou que há soluções tecnológicas para reduzir as emissões na indústria e, no caso do setor de transportes, há tanto como mudar o transporte de cargas para o modal ferroviário, quanto eletrificar o transporte de passageiros.

De modo mais amplo, dois dirigentes afirmaram que a causa do aquecimento global e das mudanças climáticas não é o petróleo em si, mas o capitalismo, com sua forma específica de se relacionar com o meio ambiente, de consumir e de produzir.

Por fim, foi recorrente entre os/as dirigentes sindicais a percepção de que ainda que o petróleo e gás gere aquecimento global, é preciso cuidado nas conclusões tiradas disso. Um dirigente advertiu sobre as consequências de escolhas abruptas, como a cessação da produção de gás, que poderia levar ao aumento do desmatamento para uso de lenha como fonte energética. Outra dirigente lembrou que, como o aquecimento global é um fenômeno mundial, a redução das emissões de CO₂ exige um compromisso mundial, especialmente de países como Estados Unidos, China, Índia e Rússia, que são grandes emissores. De qualquer modo, foi generalizada a opinião de que uma transição energética é necessária; mesmo a dirigente que expressou ter dúvidas sobre a causa principal das mudanças climáticas afirmou que há um consenso sobre a necessidade de políticas de descarbonização e de pressão social e ambiental para que isso ocorra, de modo que a discussão deve partir dessa premissa, independentemente de sua crença pessoal.

Trabalhadores/as do Sistema Petrobras

Também entre os/as trabalhadores/as do Sistema Petrobras predominou a concordância com a abordagem científica do aquecimento global e das mudanças climáticas. Alguns/mas falaram sobre a forma como ocorre o fenômeno, em função de emissões de gases de efeito estufa, principalmente de gás carbônico (CO₂) e gás metano; e muitos destacaram seus efeitos, como o aumento da temperatura global e do nível dos mares; os impactos na produção de alimentos; a escassez de água potável e os refugiados climáticos.

Um trabalhador chamou a atenção para as temperaturas recordes nos últimos anos e afirmou que não há como negar ou negligenciar a questão, que é cientificamente comprovada e decorre do uso desenfreado dos recursos naturais, em uma velocidade que não possibilita a regeneração da natureza. Outra trabalhadora declarou que as mudanças climáticas estão cada vez mais aceleradas e expressou preocupação com o futuro de seus filhos. Vários/as trabalhadores/as manifestaram pessimismo quanto ao futuro, diante das mudanças climáticas. Uma questionou se ainda há tempo suficiente para evitar os impactos desastrosos previstos por pesquisadores; outra compartilhou a opinião de que não é mais possível reverter a trajetória catastrófica devido aos interesses envolvidos e ao nível de destruição e consumo já ocorridos. Um trabalhador mencionou que “já deu ruim” e o que temos que fazer é minimizar os impactos e focar na adaptação climática. Por fim, outro trabalhador assinalou que se caminha para uma catástrofe ambiental se não houver uma revolução ecossocialista.

Entre os/as trabalhadores/as do Sistema Petrobras, apenas dois tiveram opiniões que contrariam a abordagem científica convencional sobre aquecimento global e mudanças climáticas. O primeiro deles/as questionou a validade da teoria que atribui às emissões de gases de efeito estufa (CO₂ principalmente) a maior responsabilidade pelo aquecimento global, afirmando que não há comprovação definitiva e que há fenômenos como as “ilhas de calor” em grandes cidades que podem ter um impacto maior do que o das emissões de gases de efeito estufa. O segundo afirmou que não nega o aquecimento global, mas questionou a forma como o discurso sobre o tema foi tratado e vendido, tornando-se senso comum. Em seu entendimento, embora o ser humano impacte o meio ambiente, a ideia de que somos capazes de controlar o clima e reverter os danos apenas reduzindo emissões é difícil de ser provada. Para ele, existem muitos fatores que contribuem para o clima, e a ação humana é apenas um deles.

De modo similar ao expressado por alguns/mas dirigentes sindicais, também houve trabalhadores/as da Petrobras que criticaram o capitalismo com sua produção desorganizada e desregulada e/ou focaram na geração de riquezas como a causa do aquecimento global e das mudanças climáticas. Alguns/mas trabalhadores/as apontaram ainda que os mais pobres – e os países mais pobres – são mais afetados pelas mudanças climáticas, pois não têm infraestrutura para se adaptar a elas; além de demonstrarem preocupação com o “racismo climático” e com a possibilidade de países desaparecerem em poucos anos.

Vários/as trabalhadores/as do Sistema Petrobras comentaram sobre os efeitos visíveis do aquecimento global e das mudanças climáticas. Um deles, que reside em Minas Gerais, disse que já se percebe o aumento da seca no Vale do Jequitinhonha e os impactos na produção rural familiar. Outro trabalhador citou as queimadas na Califórnia e o aumento do derretimento de geleiras como ilustrações dos efeitos do aquecimento global. Outro, ainda, relatou que no decorrer de 20 anos embarcado, tem notado aumento do número de baleias próximo às plataformas em que trabalha e alteração no comportamento migratório desses animais, que não segue mais uma ordem específica de datas. Além disso, observou que a condição do mar está mais imprevisível, com períodos de mar agitado ocorrendo fora das épocas costumeiras, o que tem inclusive dificultado o planejamento de serviços.

Sobre a responsabilidade do petróleo e gás no aquecimento global, as percepções dos/as trabalhadores/as do Sistema Petrobras são, em geral, similares às dos/as dirigentes sindicais petroleiros/as. Houve quem afirmasse que o petróleo e o gás são uma das principais causas do efeito estufa e do aquecimento global via emissões de CO₂ – um adicionou o carvão nessa atribuição de responsabilidade. Houve quem reconhecesse que a indústria de petróleo e gás contribui emitindo gases de efeito estufa e provocando aquecimento global, mas aposta que soluções tecnológicas, como a captura e injeção de CO₂ nos poços, resolverão o problema. E ainda muitos/as dos/as trabalhadores/as da Petrobras responderam que, apesar do petróleo e gás ter sua parte de responsabilidade, a agropecuária e o desmatamento são os grandes vilões do aquecimento global.

Uma trabalhadora chegou a eleger o setor de petróleo e gás como o principal vilão do aquecimento global no mundo, citando dados. Relativizou, no entanto, que a contribuição do Brasil é menor, pois o país possui uma matriz energética mais limpa, e atribuiu ao agronegócio e à mudança de uso e ocupação do solo a maior causa das emissões de gases de efeito estufa pelo país. Enfatizou que o desmatamento no Brasil é muito mais grave para o aquecimento global e as mudanças climáticas do que a produção e consumo de petróleo e gás e avaliou que interromper o desmatamento hoje contribuiria muito mais do que descontinuar o uso do petróleo.

Também assinalando que a agropecuária no Brasil emite mais gases de efeito estufa do que a cadeia de petróleo e gás, mas refletindo sobre o cerne do problema climático da cadeia, um trabalhador criticou a utilização de automóveis movidos a combustão, o que considera irracional. Segundo ele, o problema não é a cadeia do petróleo em si, mas o consumo impulsionado pelo status de ter um carro e por uma industrialização nociva e consumista, em detrimento de um transporte público de qualidade. Como solução, sugeriu que o petróleo poderia ser usado para outros fins que não combustíveis.

Um empregado do Sistema Petrobras no Terminal de Cabiúnas diferenciou o efeito do consumo de petróleo do efeito do consumo de gás natural no aquecimento global. Segundo sua avaliação,

o petróleo e seus derivados, por serem produtos mais pesados e terem queima incompleta, poluem e emitem mais CO₂, enquanto o gás natural, com queima mais estequiométrica, polui menos. Assim, para ele, uma transição energética implicaria a redução do consumo de combustíveis derivados de petróleo e o uso do gás natural como combustível da transição. Um trabalhador da Petrobras discordou dessa opinião.

Por fim, alguns/mas trabalhadores/as reconheceram - ou quase reconheceram (dado que um trabalhador utilizou o termo “provavelmente”) - o petróleo e gás como uma das principais causas do aquecimento global, mas questionaram o que fazer a respeito, considerando a dependência energética que ainda se tem desses recursos e a insuficiência das alternativas. Um trabalhador ressaltou que as energias renováveis não são tão limpas e têm impactos ambientais negativos. Já outra trabalhadora sugeriu que o investimento em projetos ambientais que compensem a poluição inevitável e em pesquisas nas universidades para encontrar alternativas.

Trabalhadores/as do Setor Privado

Entre os/as trabalhadores/as do Setor Privado, muitos/as compartilharam percepções que convergem com a noção de emergência climática. Um deles avaliou que se a humanidade continuar no ritmo atual, a Terra será destruída e como a Terra é o único planeta habitável disponível para nós, a sociedade precisa encontrar formas de salvá-la. Uma trabalhadora jovem assinalou que há urgência de agir agora, pois não haverá tempo no futuro. Outro trabalhador considerou o aquecimento global e as mudanças climáticas como algo “catastrófico”, afirmando também que o petróleo é uma das principais causas. Outro ainda pontuou que as intenções de reduzir o consumo de energias fósseis não estão tendo efeito e que estão ocorrendo muitas guerras no mundo, o que pode representar um ponto de não retorno ainda em 2025². Acrescentou que se a situação atual persistir, a sobrevivência da espécie humana estará em risco nos próximos 100 a 200 anos em função de eventos extremos como ondas de calor, frios intensos e inundações. Alguns/mas trabalhadores/as assinalaram que tais eventos extremos são o que torna o aquecimento global e as mudanças climáticas fenômenos visíveis e graves.

Três trabalhadores do setor privado entrevistados declararam não ter muito conhecimento sobre o assunto, mas que acreditam que o aquecimento global e as mudanças climáticas estão realmente acontecendo. Dois deles assinalaram que percebem o aumento das temperaturas e que acreditam que a queima de petróleo e gás é uma das principais causas do aquecimento global. O outro, apesar de concordar que a atividade humana causa o aquecimento global, questiona em que medida isso ocorre e em que medida o fenômeno é parte de um ciclo natural do planeta.

Entre os/as trabalhadores/as do setor privado, de modo similar ao observado entre os da Petrobras, dois entrevistados tiveram opiniões que contrariam a abordagem científica convencional. O primeiro disse não acreditar no aquecimento global, mas sim nas mudanças climáticas, que para ele seriam causadas principalmente pela atividade humana, como os desmatamentos e as “ilhas de calor”. A queima de combustíveis, em sua percepção, gera poluição do ar e causa doenças, além de afetar o clima das cidades, junto com o fenômeno das ilhas de calor, mas não provoca uma mudança climática ampla, global. No mesmo sentido, o outro trabalhador afirmou ter certeza que em microrregiões a queima de combustíveis afeta o clima, mas tem dúvidas sobre seus impactos no mundo como um todo.

2. Ano de realização da entrevista.

Assim como entre os/as dirigentes sindicais e os/as trabalhadores/as da Petrobras, houve entre os/as trabalhadores/as do setor privado quem enfatizasse que a causa principal do aquecimento global é o modo de produção capitalista, que não prevê um consumo consciente dos recursos naturais, mas, ao contrário, promove o consumismo.

Quanto a responsabilidade do petróleo e gás sobre o aquecimento global, entre os/as trabalhadores/as do setor privado foram mais recorrentes falas atribuindo grande influência da indústria de petróleo e gás e da queima de combustíveis fósseis sobre o fenômeno. Aqui, é importante lembrar que entre os/as dirigentes sindicais e os/as trabalhadores/as do Sistema Petrobras entrevistados/as, a opinião majoritária era a de que o petróleo e o gás geram aquecimento global, mas os principais responsáveis pelo fenômeno são o agronegócio e o desmatamento. Os/as trabalhadores/as do setor privado, em sua grande maioria, destacaram como causa as emissões de CO₂ pela indústria de petróleo e gás e pelo consumo de gasolina, querosene e diesel nos transportes. Um trabalhador criticou empresas petroleiras que não possuem metas de emissão de CO₂ e elogiou a empresa na qual trabalha, por operar abaixo da média da indústria. Duas trabalhadoras mencionaram a pecuária como importante emissora de gases de efeito estufa - uma colocando a pecuária no mesmo patamar de responsabilidade do petróleo e gás; e a outra argumentando que, embora tudo esteja direta ou indiretamente ligado à indústria do petróleo, outros setores como a agricultura, a pecuária e o setor de tecnologia também contribuem para o aquecimento global.

Por fim, expressando diferentes posicionamentos em relação às ações da indústria de petróleo e gás quanto ao aquecimento global e às mudanças climáticas, um trabalhador do setor privado chamou a atenção para o caráter global do fenômeno, pontuando que países como a China têm maior responsabilidade na emissão de CO₂ do que o Brasil, que, em sua opinião, já está fazendo sua parte para reduzir as emissões e fazer a transição energética. Outra trabalhadora afirmou que a indústria de petróleo e gás tem grande responsabilidade na transição energética e na questão climática, devendo muito à sociedade. Outra, ainda, manifestou seu desejo pessoal de que o consumo de petróleo se reduza, mas reconheceu a complexidade da situação, dada a dependência da sociedade e a baixa lucratividade das alternativas energéticas, o que dificulta a transição.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA

O quarto e último conjunto de questões tratado neste relatório buscou, primeiramente, saber se os/as petroleiros/as entrevistados/as já conheciam o termo “Transição Energética Justa” e, se sim, há quanto tempo e por quais meios entraram em contato com essa expressão. Em seguida, procurou-se apreender como conceituavam Transição Energética Justa e ao que associavam o termo. Mesmo nos casos em que os/as entrevistados/as o desconheciam, insistiu-se para que expressassem o que tais palavras evocavam. Por último, buscou-se obter um posicionamento político dos/as petroleiros/as entrevistados a respeito da defesa, por parte dos/as trabalhadores/as da indústria de petróleo e gás e de seus sindicatos (eles/as incluídos/as), da bandeira da Transição Energética Justa, considerando tudo o que foi discutido durante a entrevista.³

³ Sobre Transição Energética Justa especificamente, foram apresentadas nas entrevistas três abordagens distintas sobre o assunto e solicitada a opinião dos/as entrevistados/as sobre cada uma delas. Além disso, também foram compartilhados com os/as entrevistados/as excertos da abordagem da Petrobras sobre Transição Energética Justa e da Política Nacional de Transição Energética. Mais do que captar as opiniões dos/as entrevistados/as sobre essas abordagens e política, objetivou-se muni-los com mais informações e fomentar a reflexão sobre o assunto.

Dirigentes Sindicais

Todos/as os/as dirigentes sindicais petroleiros/as da FUP entrevistados/as já tinham ouvido falar e conheciam o termo Transição Energética Justa antes das entrevistas. A grande maioria mencionou ter entrado em contato com a expressão em espaços de debate e/ou em discussões com companheiros/as da própria FUP, de 2022 para cá. Um dirigente especificou que entrou em contato com o termo no movimento sindical, na FUP, com o - INEEP - Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - e com o DIEESE, que o letrou no assunto.

O coordenador geral da FUP lembra ter ouvido a expressão “Transição Energética Justa” pela primeira vez em duas oportunidades, sem conseguir precisar qual foi a primeira: em uma articulação com o ICS (Instituto Clima e Sociedade) e o DIEESE; e em eventos de formação da Plataforma Operária Camponesa da Água e da Energia na UFRJ, em um curso sobre energia e capitalismo na sociedade. Ele recorda que a relação da FUP com outros movimentos e o projeto do ICS, que começou no final de 2022, foram fundamentais para que entrasse em contato e se aprofundasse no assunto.

A presidenta do Sindipetro e diretora da FUP, que se tornou uma referência no tema, lembra ter ouvido falar pela primeira vez em “Transição Energética Justa” em uma agenda da FUP com o DIEESE, que já estudava a questão do carvão, e na COP28, onde participou de palestras no estande da OIT – Organização Internacional do Trabalho. Outra diretora da FUP de referência no tema ouviu o termo pela primeira vez na FUP há dois anos (em 2023), através de outra dirigente e, em 2024, teve que fazer uma apresentação sobre o assunto, sendo assessorada pelo DIEESE, que utilizou material produzido no âmbito do projeto ICS-FUP-DIEESE.

Os/as dirigentes sindicais petroleiros/as entrevistados/as conceberam o que seria uma “Transição Energética Justa” e/ou quais seriam os elementos importantes para que essa transição ocorra de diferentes formas. Um elemento que foi destacado por vários/as dirigentes sindicais, foi a “democratização energética”, compreendida tanto no aspecto de promover o acesso universal à energia (ao consumo de energia), quanto no aspecto de democratizar a participação de trabalhadores/as e outros grupos da sociedade civil nos processos de tomada de decisão referente às indústrias energéticas. Na abordagem defendida por uma diretora da FUP, há ainda a necessidade de direcionar a produção energética para o atendimento das necessidades da população brasileira. Segundo ela, um primeiro passo seria a utilização do petróleo brasileiro para atender apenas às necessidades do país, o que já diminuiria a produção. Também compartilhou uma de suas conclusões, de que o entendimento de Transição Energética Justa difere entre o Norte e o Sul global. Enquanto o Norte Global foca mais na questão do emprego, o Sul Global se preocupa com a democratização e a soberania energética, devido ao acesso desigual à energia.

Outra diretora da FUP enfatizou ser imprescindível a participação da classe trabalhadora e de movimentos sociais (como MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens, povos originários, quilombolas, ribeirinhos) nas tomadas de decisão referentes ao setor energético; chamou a atenção sobre a importância dos recortes de raça e gênero nessas definições; e afirmou a necessidade de o Estado, por meio de suas empresas estatais (Petrobras e a Eletrobrás, que em sua opinião deveria ser reestatizada), se responsabilizar pela transição energética para garantir a soberania e dignidade energéticas. Outro dirigente assinalou

que somente através da Petrobras será possível realizar uma Transição Energética Justa, pois se depender da iniciativa privada, o que haverá é precarização do trabalho e danos às comunidades, conforme está ocorrendo no Rio Grande do Norte.

Ainda nessa linha de democracia energética, outros dirigentes, que não empregaram esse termo, defenderam que para uma transição energética ser justa, deve tornar as energias renováveis mais acessíveis e baratas. Adicionalmente, foi mencionada a importância de geração de empregos decentes nas novas indústrias energéticas e compensações aos trabalhadores/as petroleiros/as impactados/as negativamente pela transição.

Algumas abordagens focaram na importância de se desenvolver novas indústrias no Brasil e em regiões menos industrializadas do país, como o Nordeste e o Norte. O coordenador geral da FUP, por exemplo, criticou o planejamento estratégico da Petrobras por focar em biocombustíveis no Sudeste, enquanto o Nordeste, com suas características de vento, sol e água, poderia focar em hidrogênio verde, metanol e biogás. Também defendeu o desenvolvimento dessas indústrias de energias renováveis em regiões como o Norte e o Nordeste, junto com iniciativas de qualificação dos/as trabalhadores/as, para gerar empregos decentes. O coordenador da FUP ainda apontou a necessidade de diálogo com a categoria petroleira e com as comunidades, incluindo indígenas, quilombolas e ribeirinhas. Nesse sentido, ele criticou a falta de diálogo no caso da Margem Equatorial.

Alguns dirigentes sindicais consideraram que uma transição energética justa deveria ser focada na mitigação dos impactos socioeconômicos negativos da transição e na necessidade de requalificar e realocar trabalhadores/as petroleiros/as. Um dirigente assinalou que é preciso tomar cuidado para que a transição energética não sufoque tributariamente pessoas e empresas e não gere inflação. Outro mencionou sua preocupação de que a transição energética desempregue e pague indenizações irrisórias, em vez de promover a requalificação e a realocação. Ainda se colocou que, para que esses impactos negativos sejam mitigados, é fundamental que a transição energética seja lenta e gradual.

Por fim, alguns dirigentes avaliam que a Transição Energética Justa é incompatível com o capitalismo, o que envolve superá-lo. Um dirigente assinala que no capitalismo tudo é mercadoria, inclusive a vida, e que o sistema pressupõe injustiça e desigualdade, tornando impossível uma transição energética justa. No seu entendimento, só seria um processo justo se construído pelos/as trabalhadores/as. Já outro dirigente, apesar de não falar explicitamente em superação do capitalismo, disse associar o termo à necessidade de repensar o modelo de convivência, de produção e os conceitos de cidades, mobilidade e de trabalho.

Ao término de cada entrevista, após o diálogo com os/as dirigentes sindicais sobre o futuro do setor de petróleo e gás, aquecimento global e mudanças climáticas e transição energética justa, entre outros assuntos, questionava-se se o/a entrevistado/a achava que os/as trabalhadores/as petroleiros/as e seus sindicatos deveriam ou não defender a bandeira da Transição Energética Justa.

Todos/as, com exceção de um, responderam prontamente apoiar uma Transição Energética Justa. Nas falas de muitos/as dirigentes, especialmente os/as mais céticos/as quanto à ocorrência de uma transição energética ou de que esta consiga substituir os empregos na indústria de petróleo por outros, o argumento mais comum para defendê-la foi que esse é um processo inevitável e,

diante dessa inevitabilidade, é necessário que os/as trabalhadores/as e seus sindicatos influenciem o processo para que ele seja justo.

Um dirigente, por exemplo, disse perceber a transição energética como uma “locomotiva que está vindo aí” e que “vai atropelar quem quiser barrar”, portanto, não se pode “tampar os olhos e tampar o ouvido” para ela. Diante disso, em sua opinião, seria preciso dialogar com a categoria sobre o assunto. Outro falou que a transição energética ocorrerá, seja por necessidade ou por interesses capitalistas e, por causa disso, trabalhadores/as e sindicatos deveriam lutar por justiça econômica e social nessa transição, o que envolveria também resolver problemas da esfera do consumo e da mobilidade urbana. Uma dirigente assinalou que a transição energética já está acontecendo e, se não for discutida pelos sindicatos, pode levar ao desemprego, como no exemplo de Candiota (RS), onde a atividade de carvão foi retirada e as pessoas ficaram sem emprego. No mesmo sentido, outro dirigente pontuou que sem a participação da classe trabalhadora nesse processo, o capitalismo imporá seu modelo de transição energética, tal como já está ocorrendo com as energias eólica e solar. Alguns dirigentes defenderam, ainda, propostas de que, diante da inevitabilidade da transição energética, a Petrobras requalifique trabalhadores/as para atuar em outros setores energéticos, que haja compensações para trabalhadores/as negativamente impactados e que a energia se torne mais acessível para a população.

Outra argumentação de alguns dirigentes sindicais é que uma transição energética justa requer o desenvolvimento de indústrias de energias renováveis e o envolvimento dos sindicatos na transição energética. Na mesma linha, outro dirigente enfatizou a necessidade de participação popular e da classe trabalhadora na transição energética e do desenvolvimento de indústria e tecnologias nacionais, em vez de importar tecnologias estrangeiras. Para financiar os investimentos nessas novas indústrias, tecnologias e em pesquisa, o dirigente defendeu utilizar recursos obtidos pela extração de petróleo e gás na Margem Equatorial.

Alguns dirigentes defenderam a transição energética justa chamando a atenção para a gradualidade necessária para que mudanças de tal ordem ocorram. Segundo um dos entrevistados, é como no debate da década de 1990 sobre o fim do corte manual de cana-de-açúcar, que, embora fosse um trabalho penoso, era a fonte de sustento de muitas pessoas. Uma transição energética exige um processo de requalificação, realocação e compensações, que leva tempo e envolve pessoas mais velhas e mais novas, com diferentes situações.

Outro dirigente ainda defendeu a bandeira da transição energética justa por considerar que “é isso ou barbárie». Para ele, essa defesa deveria estar atrelada a uma revolução que reduza o padrão de consumo e promova uma mudança de sistema político-econômico, pois uma Transição Energética Justa só será possível se for revolucionária.

Por último, o único dirigente que questionou a defesa dessa pauta argumentou que, embora defenda a Transição Energética Justa, não percebe o sindicato enquanto representante da categoria petroleira. Em sua opinião, essa seria uma pauta para o «sindicato cidadão», que se preocupa com a crise climática e seus efeitos sobre os/as trabalhadores/as que representa. Para o sindicato focado em sua categoria, o que faz sentido é o desenvolvimento da indústria do petróleo, gerando mais empregos, valorizando o trabalhador e aumentando sua remuneração e melhorando seus acordos.

Trabalhadores/as do Sistema Petrobras

Entre os/as trabalhadores/as do Sistema Petrobras entrevistados/as, a maioria já havia ouvido falar em “Transição Energética Justa” antes da entrevista. Alguns/mas disseram que entraram em contato com o termo há três ou dois anos, ou seja, por volta de 2022 ou 2023, inicialmente no meio sindical e depois na própria Petrobras. Outros citaram a própria Petrobras como meio do primeiro contato com essa expressão, pois, segundo um trabalhador da empresa, de poucos anos para cá, a empresa passou a utilizá-la como *slogan*. Outro trabalhador disse que a ouviu pela primeira vez pela representante dos/as trabalhadores/as da Petrobras no Conselho de Administração da empresa.

Alguns/mas trabalhadores/as afirmaram conhecer o termo há mais tempo. Um funcionário da Petrobras do Rio Grande do Norte disse tê-lo ouvido há muitos anos, pois tem contato com as disputas, impactos negativos e debates sobre as energias renováveis em seu território há cerca de 10 a 15 anos. Outro trabalhador comentou que acha ter ouvido o termo pela primeira vez na época da Rio+20 (em 2012), durante a Cúpula dos Povos. Uma trabalhadora da Petrobras declarou que anos atrás leu uma matéria sobre trabalhadores europeus reivindicando uma Transição Energética Justa, o que para ela, na época, não parecia uma boa reivindicação. Outro trabalhador respondeu que a primeira vez que entrou em contato com o termo foi através de movimentos sociais, por volta de 2019 e 2020, em uma discussão sobre a conversão de refinarias de petróleo e gás em refinarias “verdes” na França, enquanto a produção “suja” era ampliada em outros países. O assunto interessou a esse trabalhador, que depois passou a discutir mais sobre ele no âmbito da FUP.

Vários/as trabalhadores/as responderam que já tinham ouvido ou lido o termo “Transição Energética Justa” antes da entrevista, mas não se lembravam em que contexto e não sabiam do que se tratava. Por fim, alguns revelaram que nunca tinham ouvido essa expressão antes da entrevista.

Em relação às abordagens e/ou focos distintos concebidos para o conceito de Transição Energética Justa, muitos/as trabalhadores/as do Sistema Petrobras entrevistados/as enfatizaram a dimensão de justiça no acesso à energia, ou seja, de que uma transição energética promova acesso de forma isonômica e equânime a toda a população às novas fontes de energia. Um trabalhador do Rio Grande do Norte relatou que os impactos sociais da energia eólica em seu estado são negativos, pois as comunidades recebem o ônus da instalação das torres, mas não têm barateamento da energia, nem empregos de qualidade ou benefícios significativos. Enfatizou que a transição justa precisa considerar esses fatores – de acesso à energia e de geração de empregos decentes. Ainda, com base na experiência das energias renováveis em seu estado, afirma que ocorreram muitos conflitos, como disputas por terra, e entende que isso também deve ser mitigado para que a transição seja justa. Adicionalmente, assinalou a necessidade de caráter gradual para a transição energética.

Outro aspecto que vários/as trabalhadores/as mencionaram ao conceber o que seria uma Transição Energética Justa foi o que se pode chamar de justiça climática global. Conforme apresentou um trabalhador, que disse não saber o que é transição justa e nem tampouco usou o termo “justiça climática global”, para ele uma Transição Energética Justa seria um esforço global e proporcional de todos os países para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, levando em conta o consumo e as emissões de cada um. Outro trabalhador referiu-se à importância de se considerar as capacidades de cada país em termos de fontes energéticas, como o sol e o vento. Outro ainda enfatizou a neces-

sidade de ser observada a questão da proporcionalidade entre países de primeiro e terceiro mundo, ou seja, quem deve pagar a conta da transição é quem emitiu mais historicamente.

O elemento da participação popular, dos/as trabalhadores/as, comunidades e outros setores oprimidos nos debates e tomadas de decisão referentes à transição energética também foi enfatizado por vários/as trabalhadores/as do Sistema Petrobras. Um deles expressou que, como na sociedade capitalista quem decide são os que detêm o poder - ou seja, os grupos econômicos -, a pauta da Transição Energética Justa é uma forma de exercer pressão sobre esses grupos para que os mais oprimidos se beneficiem e participem da transição. Outro trabalhador chamou a atenção para conectar ao justo o "popular", pois isso significa ter estruturas públicas e participativas para que a sociedade possa debater e se envolver, e não apenas receber informações.

Alguns trabalhadores do Sistema Petrobras também enfatizaram a importância de requalificar e realocar quem for negativamente impactado pela transição energética. Um deles defendeu que essa transição não pode afetar a classe trabalhadora, que já é a mais afetada pelas mudanças climáticas. Em sua percepção, a política de transição deve combinar a redução de combustíveis fósseis com a requalificação e realocação profissional dos/as trabalhadores/as impactados/as, garantindo a estabilidade dos empregos e evitando demissões.

De modo similar ao declarado por alguns dirigentes sindicais, outras falas de trabalhadores/as da Petrobras destacaram a importância de a transição energética ser gradual para ser justa; de que o Estado lidere a transição e a matriz energética seja estatizada; e de que se desenvolvam novas indústrias de energias renováveis no Brasil - sendo esses dois últimos pontos entendidos como essenciais para que empregos decentes sejam gerados. Nesse sentido, um trabalhador da Petrobras que considera que o movimento sindical deve fomentar a transição energética em vez de defender a produção de petróleo, compartilhou sua percepção de que o petroleiro não comercializa petróleo, mas vende seu trabalho, sendo contador, administrador, técnico de enfermagem, entre outros, e que a produção de petróleo para ele não faz muita diferença, mas sim ter um emprego decente, acesso à energia e às necessidades básicas.

Por último, alguns/mas trabalhadores/as da Petrobras, que entraram em contato com o termo através da própria empresa, expressaram não gostar da expressão e questionaram "justa para quem?" Uma trabalhadora argumentou que a palavra "justa" em "transição energética justa" da Petrobras é apenas uma forma de a empresa "ficar bem na fita", pois não há transição energética se a empresa continua aumentando a produção de hidrocarbonetos, mesmo que reduzindo o impacto ambiental.

Ao final de cada entrevista, todos/as trabalhadores/as do Sistema Petrobras entrevistados declararam apoiar a ideia de que os/as trabalhadores/as petroleiros/as e seus sindicatos deveriam defender a bandeira da Transição Energética Justa.

Uma posição bastante comum entre esses/as trabalhadores/as foi a de que há necessidade de que ocorra uma transição energética para longe dos combustíveis fósseis, considerando a emergência climática em que se encontra o planeta. Uma trabalhadora justificou que sindicatos e trabalhadores/as da indústria de petróleo e gás deveriam defender urgentemente a bandeira da

Transição Energética Justa, pois “o mundo, como existe hoje, está acabando”. No mesmo sentido, outra trabalhadora disse que essa é uma questão de sobrevivência e de preocupação com as futuras gerações e que sindicatos petroleiros devem defender que ocorra uma transição energética. De acordo com ela, Petrobras e governo falam em Transição Energética Justa, mas não preveem um horizonte de redução da produção de petróleo. Outro trabalhador expressou que considera a defesa dessa pauta pelos sindicatos uma grande tarefa, dado que não há consenso entre os/as trabalhadores/as petroleiros/as. Em sua percepção, há muitos/as trabalhadores/as que negam o aquecimento global e as mudanças climáticas, com medo de que se aceitem a realidade desses fenômenos, terão que aceitar o fim de seus empregos.

Assim como observado entre os/as dirigentes sindicais, vários/as trabalhadores/as do Sistema Petrobras entrevistados/as, alguns inicialmente mais céticos quanto à ocorrência de uma transição energética, adotaram a posição de que, diante da inevitabilidade da transição energética, é preciso que trabalhadores/as petroleiros/as e seus sindicatos defendam que essa seja justa, o que significa, para alguns, medidas de proteção aos/as trabalhadores/as impactados/as e, para outros, a realocação de trabalhadores/as para outras atividades que a Petrobras possa desenvolver, como a energia eólica. Um entrevistado ainda registrou a necessidade de que sejam ampliados os debates sobre a questão.

Alguns trabalhadores que não conheciam muito sobre o tema ou que compartilharam a opinião de que não achavam provável que uma transição energética – e menos ainda uma Transição Energética Justa – ocorra, adotaram a posição de que, em virtude da preocupação climática com as futuras gerações, a transição energética é importante e os sindicatos deveriam defendê-la, median-do o processo de modo a evitar perdas para trabalhadores/as. Aqui, alguns/mas trabalhadores/as mencionaram o lema de “não deixar ninguém para trás”, que aparece na concepção da Petrobras de Transição Energética Justa.

Algumas trabalhadoras enfatizaram a importância do papel do estado e da Petrobras na condução de uma Transição Energética Justa. Uma delas disse acreditar que a Petrobras será pioneira, adaptando-se às novas tecnologias e operando-as, seja energia eólica ou placas solares. Já outra assinalou a reestatização da Eletrobras e a necessidade de que toda a matriz energética e o gerenciamento de energia limpa sejam estatais para que se tenha empregos de qualidade, concursados, com salários dignos e acordos coletivos de trabalho justos.

Um trabalhador defendeu a bandeira da Transição Energética Justa, mas com a condição de que a produção de petróleo e gás fosse mantida. Em sua opinião, é possível descarbonizar as emissões associadas ao petróleo e gás por meio de soluções tecnológicas de remoção do CO₂ do ar e do tratamento de resíduos plásticos, mas, para isso, seria preciso investir mais em pesquisas nas universidades.

Alguns trabalhadores que não conheciam o termo e pouco haviam se aprofundado em discussões correlatas acabaram se posicionando a favor da defesa de uma transição energética justa e destacaram a importância do acesso à informação sobre o assunto, de dialogar e de estudar sobre.

Por fim, outros trabalhadores defenderam abordagens de Transição Energética Justa que envolvem mudanças relacionadas à forma de viver da população, ao padrão de consumo, à cultura. Um deles defendeu uma Transição Energética Justa radical, que compreenderia a proteção dos/as trabalha-

dores/as e comunidades afetadas, o combate à precarização do trabalho e a luta por uma transformação cultural e superação do capitalismo. Outro defendeu a integração do “justo” e do “popular”, em um contexto de como viver melhor. Um terceiro explicou o motivo da necessidade de focar na dimensão do consumo de energia para realizar uma transição energética. De acordo com ele, se o consumo não for discutido, haverá necessidade e demanda e, no capitalismo, os grandes grupos econômicos atenderão a essa demanda produzindo energia (petróleo). Por isso, para que ocorra uma transição energética, a luta deveria focar em transformar o consumo de energia.

Trabalhadores/as do Setor Privado

Diferentemente do observado entre os/as dirigentes sindicais e os/as trabalhadores/as do Sistema Petrobras, no caso dos/as trabalhadores/as do setor privado entrevistados/as, a maioria respondeu nunca ter ouvido falar no termo “transição energética justa” antes da entrevista. Os/as únicos/as trabalhadores/as do setor privado que conheciam a expressão, a conheceram por meio da Petrobras, há pouco tempo e não tiveram uma boa impressão inicial do termo. Uma trabalhadora comentou que percebe essa transição energética justa apresentada pela Petrobras como “muito bonito, muito lindo e muito distante”.

Apesar desse desconhecimento, a associação mais comum do termo ao que seria uma transição energética justa feita pelos/as trabalhadores/as do setor privado também foi a de justiça no acesso às energias renováveis. Contudo, em várias dessas falas também houve um questionamento do que é o “justo”, ou de “justa pra quem?” Uma trabalhadora que conheceu o termo pela Petrobras disse considerá-lo uma “frase de efeito”, que “o capitalismo não é justo, o mercado de trabalho não é justo, meritocracia é uma farsa”. Outro trabalhador lamentou que, por ser o Brasil um país muito desigual, a transição energética provavelmente será injusta e outra trabalhadora criticou a inacessibilidade de alternativas, como carros elétricos e energias renováveis, para a maioria da população. Ainda assim, todos associaram a ideia de justiça ao acesso amplo e equânime à energia.

Outra associação que vários/as trabalhadores/as do setor privado que não conheciam o termo Transição Energética Justa foi a de que justiça implicaria a preocupação com o destino dos/as petroleiros/as no caso de uma transição energética. Um trabalhador compartilhou sua opinião de que uma transição justa não seria “bruta” no sentido de “acabar aqui agora, vamos para a próxima”, mas sim “aos poucos”, criando alternativas como hidrelétricas e placas solares, e realocando trabalhadores, oferecendo cursos para que se qualifiquem e mudem de setor.

Assim como pontuado por alguns/mas dirigentes sindicais e trabalhadores/as da Petrobras, alguns/mas trabalhadores/as do setor privado também enfatizaram o desenvolvimento nacional de indústrias energéticas renováveis como elemento de uma Transição Energética Justa. Um trabalhador que não conhecia o termo disse que para ele seria uma transição feita de forma responsável, o que significa que não ocorreria só pela pressão das metas de redução de emissões de gases de efeito estufa, mas aproveitaria a mão de obra e a matéria-prima existentes no país para continuar a desenvolver outras formas de energia, como a eólica e a hidrelétrica.

Alguns trabalhadores que não conheciam o termo fizeram outras associações, como a de que o “justo” se referiria a um equilíbrio e a compensações entre as ofertas de energia advindas do pe-

tróleo e das fontes renováveis, de modo a manter determinada oferta global de energia; ou, ainda, que “justo” significaria um acordo entre empresas petroleiras e de energias renováveis para reduzir o investimento em petróleo e aumentar o investimento em renováveis; ou, então, que “justo” simplesmente seria o mesmo que “igualdade”.

Ao final de cada entrevista, ao serem indagados sobre a defesa da bandeira da Transição Energética Justa, todos/as os trabalhadores do setor privado, com exceção de um, declararam que consideraram importante que os/as trabalhadores/as petroleiros/as e seus sindicatos se engajem na luta pela transição energética justa.

Uma posição bastante comum adotada ao fim das entrevistas por trabalhadores/as que não conheciam o termo - e por alguns/mas que o conheciam por meio da Petrobras e tinham uma avaliação negativa sobre ele - foi a de que os sindicatos, percebidos como legítimos representantes da categoria, têm um papel crucial em levar esse debate para os níveis mais altos, envolvendo os trabalhadores/as nos debates, ou seja, consideram que o diálogo e a participação dos/as trabalhadores/as e seus sindicatos na transição energética é fundamental para que ela seja justa. Esses/as trabalhadores/as valorizaram os sindicatos enquanto ator qualificado para discutir o tema da Transição Energética Justa e enquanto representantes na defesa dos direitos dos/as trabalhadores/as.

Assim como observado entre os/as trabalhadores/as do Sistema Petrobras, vários entrevistados/as do setor privado manifestaram o desejo de que a transição energética ocorra, com redução da produção e consumo de petróleo e gás, em virtude dos impactos negativos sobre o aquecimento global e as mudanças climáticas. Um trabalhador expressou preocupação com o futuro de seus filhos e netos. Outro entende que é papel dos sindicatos defenderem uma Transição Energética Justa, porque, em sua percepção, se não forem eles a fazê-lo, nem o governo nem os empresários o farão, já que uma transição justa demandaria muito mais investimento, não apenas financeiro, mas também de tempo, pessoas e conhecimentos.

De modo semelhante às posições adotadas por alguns/mas trabalhadores/as do Sistema Petrobras e dirigentes sindicais, também houve entre os/as trabalhadores/as do setor privado quem defendesse, diante da inevitabilidade da transição energética, a participação dos/as trabalhadores/as e seus sindicatos nos processos de mudança para não serem pegos de surpresa. Similarmente, houve quem adotasse a posição de que o foco de uma Transição Energética Justa deveria ser a requalificação e realocação de trabalhadores/as da indústria de petróleo, com especial atenção a cidades que giram em torno de petróleo, como Macaé. Teve ainda alguns/mas trabalhadores/as que adotaram a posição de que, embora favoráveis à transição energética justa e à necessidade de “salvar a Terra”, o melhor para eles/as seria que a produção de petróleo e gás continuasse, mas emitindo menos.

Adicionalmente, entre os/as trabalhadores/as do setor privado, foi registrada uma posição similar à de um dirigente sindical, qual seja, que, enquanto cidadão/ã, o/a entrevistado/a achava que a bandeira da Transição Energética Justa deveria ser defendida. Porém, pensando nos sindicatos de petroleiros e nos/as trabalhadores/as petroleiros/as, essa bandeira não seria interessante, pois “hoje o sindicato justamente existe porque tem o petróleo”. Uma trabalhadora do setor privado

afirmou que isso seria como “atirar no próprio pé” e argumentou que os sindicatos de petroleiros, no máximo, considerariam pontos que protejam as indústrias de petróleo e que permitam que algumas pessoas do segmento sejam requalificadas e realocadas em outros segmentos, mantendo seus empregos. O mais provável, segundo ela, seria os sindicatos defenderem uma transição energética que fique “ali dentro”, com uma mudança na própria indústria do petróleo para produzir biocombustíveis.

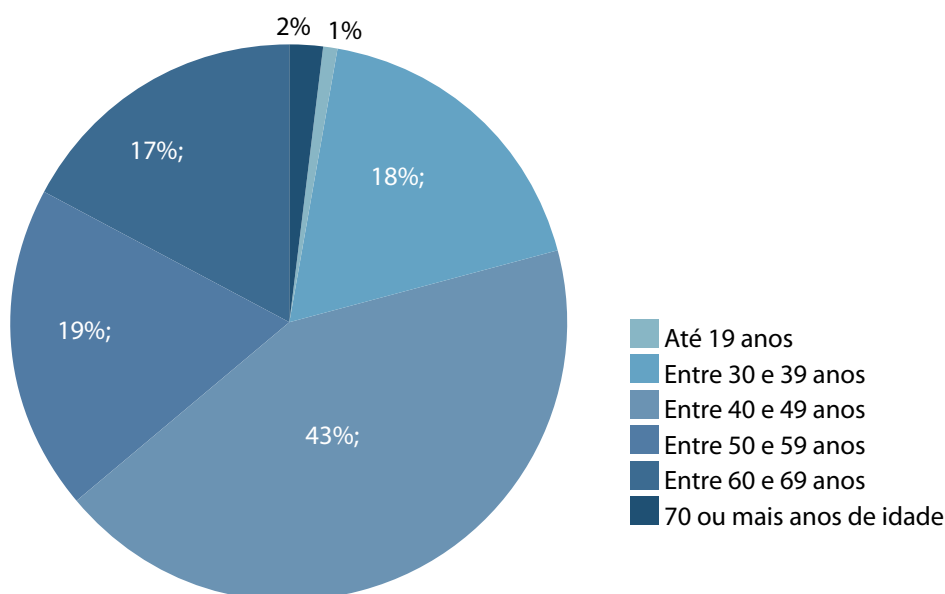
A única posição categoricamente contrária à defesa da Transição Energética Justa pelos/as trabalhadores/as petroleiros/as e seus sindicatos foi a de um trabalhador da hotelaria que também não tinha ouvido falar no termo. Esse entrevistado havia questionado os efeitos da produção e consumo de petróleo e gás no aquecimento global e nas mudanças climáticas, bem como o próprio fenômeno do aquecimento global; havia compartilhado sua percepção de que a exploração e produção de petróleo e gás continuará até o limite; entendia que as preocupações ambientais na exploração da Margem Equatorial eram “mimimi” e destacou positivamente a geração de empregos e renda pela indústria de petróleo e gás. Para ele, em vez de defender uma bandeira sem sentido, os sindicatos deveriam lutar, por exemplo, por salários justos para os/as trabalhadores/as da hotelaria.

Por fim, alguns/mas trabalhadores/as do setor privado que, assim como a maioria, não conheciam o termo Transição Energética Justa, nem as discussões correlatas, defenderam que os/as trabalhadores/as petroleiros/as deveriam, sim, apoiar essas mudanças, pois, segundo um deles, os/as trabalhadores/as não estão na empresa por amor ao petróleo, mas para sustentar suas famílias. Se houvesse investimentos em empresas de energia renovável que pudessem oferecer empregos dignos, ele e seus colegas concordariam em mudar, pois isso permitiria que tivessem um trabalho e, ao mesmo tempo, contribuíssem para melhorar o mundo.

RESULTADOS DA PESQUISA QUANTITATIVA JUNTO AOS PARTICIPANTES DA XII PLENAFUP

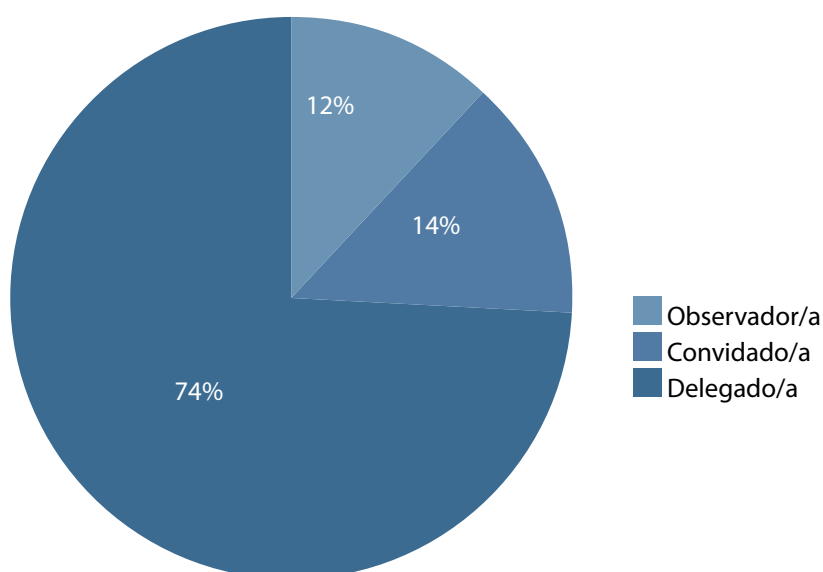
Na primeira parte do questionário, foram feitas perguntas que possibilitassem a construção de um perfil dos/as respondentes. Questionou-se acerca de sua faixa etária; da condição em que participava no XII PlenaFUP; da delegação (sindicato) à qual pertencia; de sua situação funcional e sindical; e a qual empresa se vinculava.

GRÁFICO 1. **Qual é a sua faixa etária?**



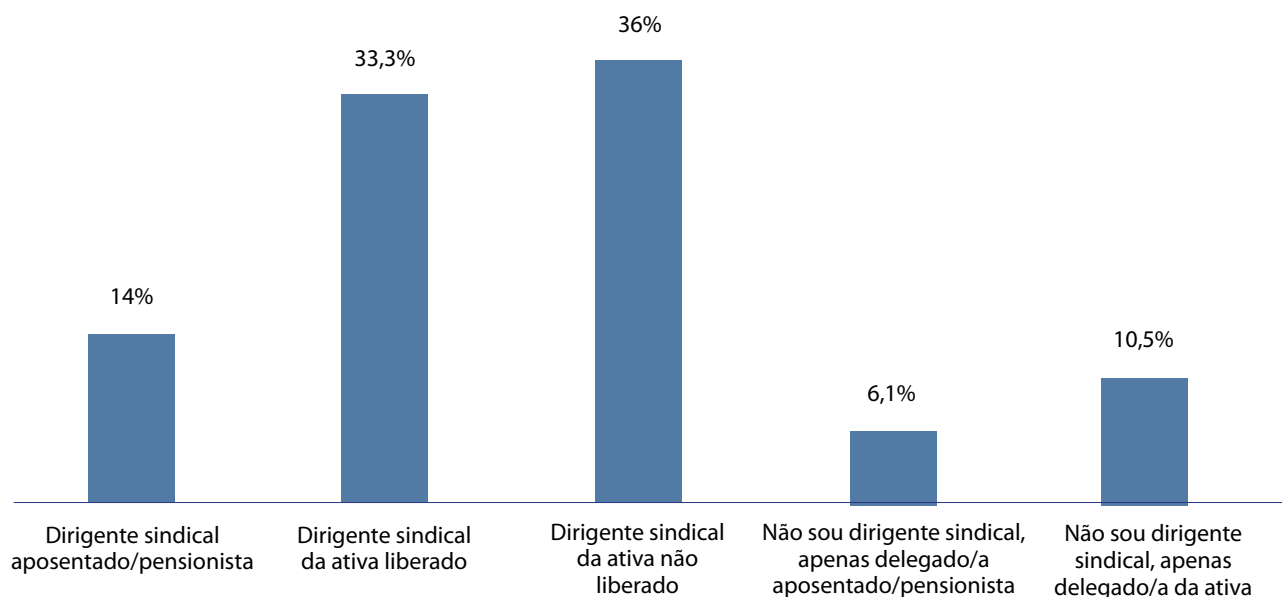
Fonte: Enquete sobre Transição Energética Justa, DIEESE

GRÁFICO 2. **Qual é a sua condição de participante da XII PlenaFUP?**



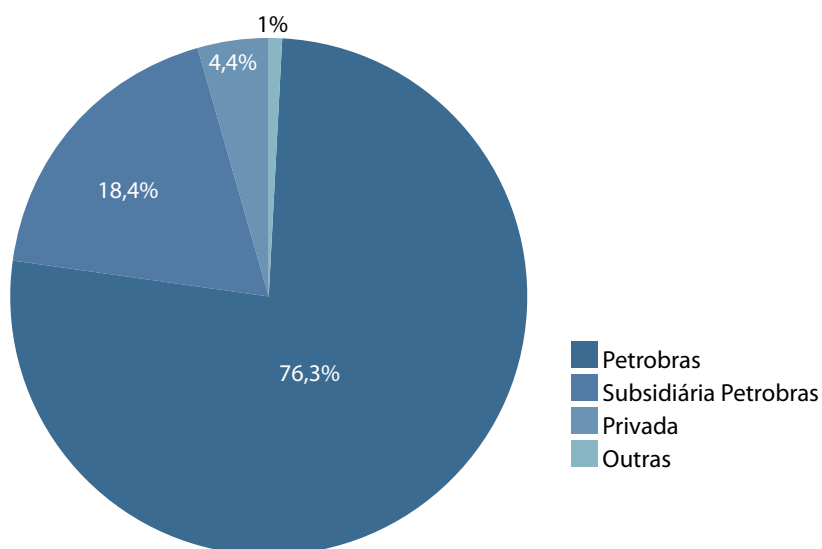
Fonte: Enquete sobre Transição Energética Justa, DIEESE

GRÁFICO 3. Qual é a sua situação funcional/sindical?



Fonte: Enquete sobre Transição Energética Justa, DIEESE

GRÁFICO 4 - Em que empresa você trabalha ou trabalhava?



Fonte: Enquete sobre Transição Energética Justa, DIEESE

Na segunda parte do questionário, abordou-se o tema da indústria de petróleo e gás natural e o seu futuro. Questionou-se aos/às respondentes a que associam o setor de petróleo e gás hoje; se acham que o consumo e a produção de petróleo e gás se reduzirão até 2050; e qual sua opinião sobre os fatores que levariam à redução desse consumo e dessa produção.

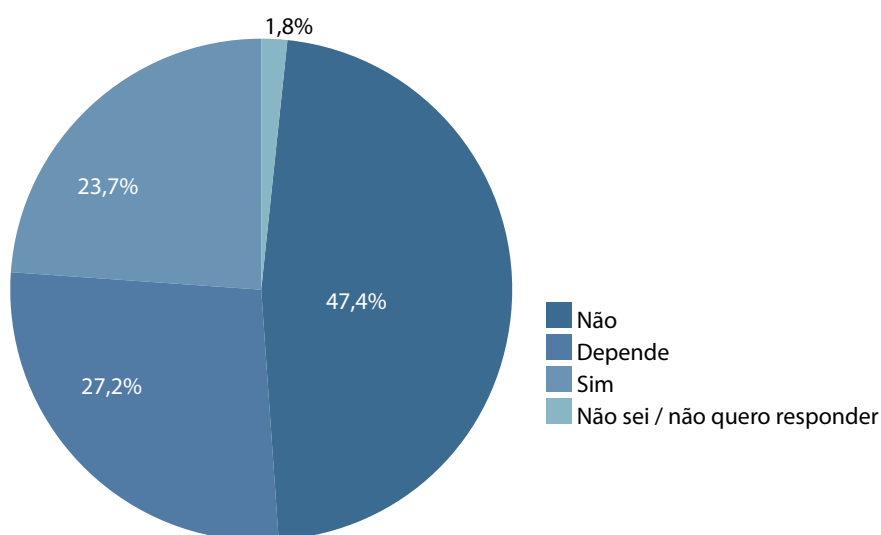
GRÁFICO 5. Ao que você associa a indústria de petróleo e gás natural hoje?

(Nesta questão podem ser assinaladas até três alternativas)



Fonte: Enquete sobre Transição Energética Justa, DIEESE

GRÁFICO 6. Você acha que o consumo e a produção de petróleo e gás natural vão reduzir até 2050?



Fonte: Enquete sobre Transição Energética Justa, DIEESE

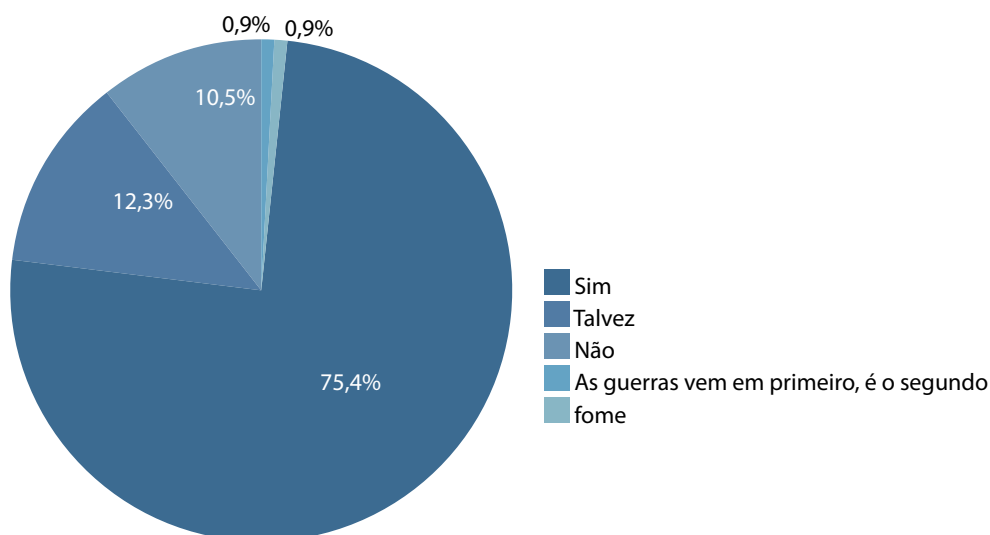
GRÁFICO 7. Uma redução do consumo e produção de petróleo e gás natural dependeria de quê? (Nesta questão podem ser assinaladas até três alternativas)



Fonte: Enquete sobre Transição Energética Justa, DIEESE

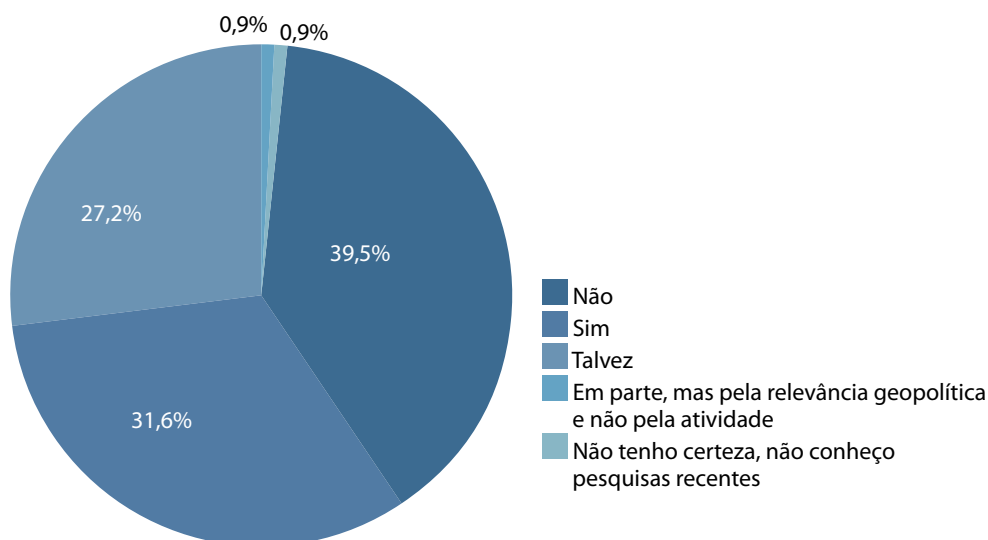
Já a terceira parte do questionário tratou do aquecimento global, das mudanças climáticas e do papel do setor de petróleo e gás em relação a esses fenômenos. Questionou-se aos/às respondentes suas opiniões acerca do aquecimento global e mudanças climáticas; da responsabilidade do setor de petróleo e gás nesses fenômenos; da continuidade da produção mundial de petróleo e gás; e da exploração da Margem Equatorial.

GRÁFICO 8. O aquecimento global e as mudanças climáticas são um dos maiores problemas da humanidade hoje?



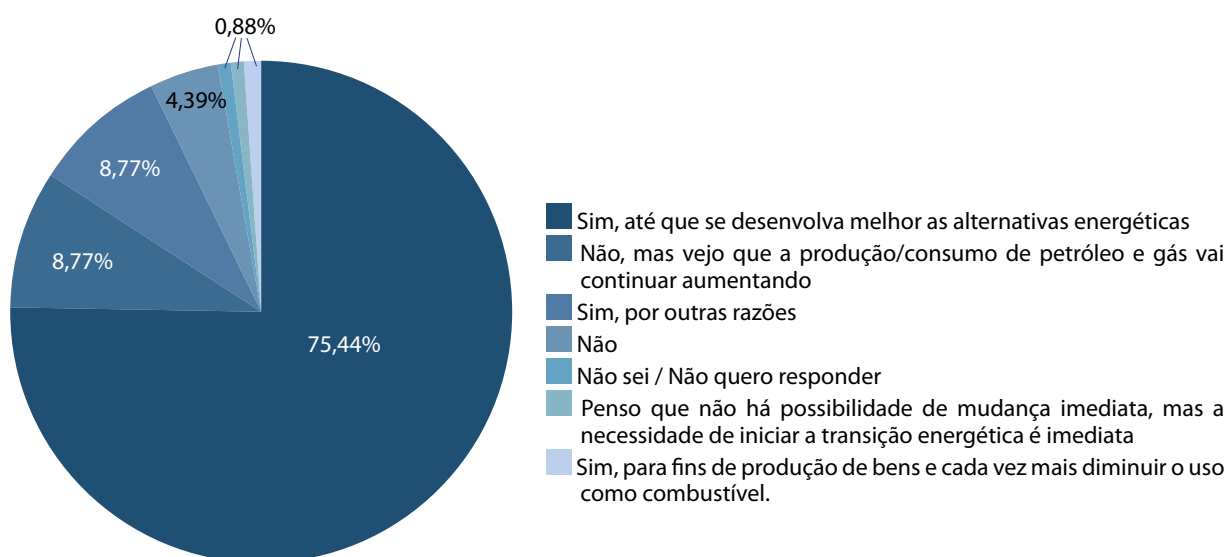
Fonte: Enquete sobre Transição Energética Justa, DIEESE

GRÁFICO 9. Você considera que o Setor de Petróleo e Gás (incluindo o consumo de diesel, gasolina, QAV etc.) é um dos principais responsáveis pelo aquecimento global e as mudanças climáticas hoje?



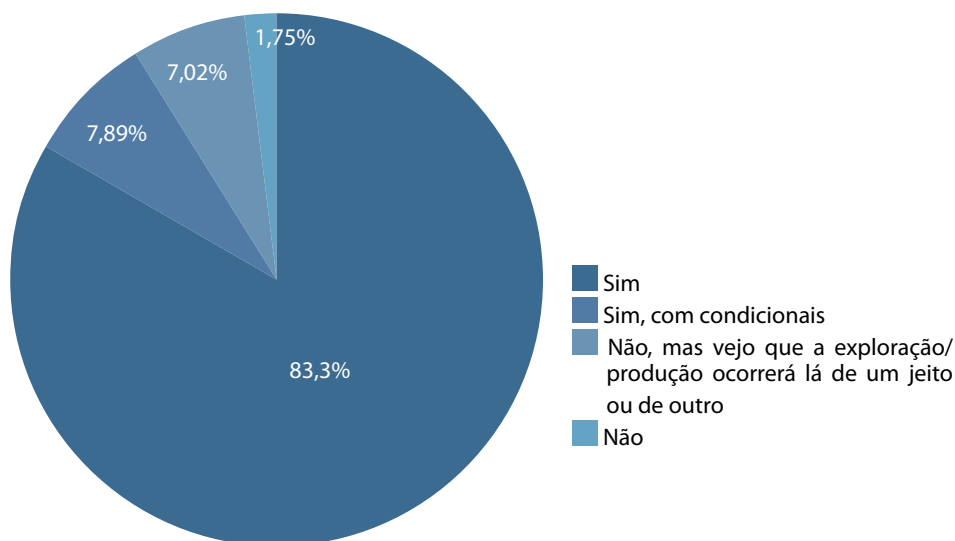
Fonte: Enquete sobre Transição Energética Justa, DIEESE

GRÁFICO 10. Você acha que o mundo deveria continuar explorando e produzindo mais petróleo e gás natural?



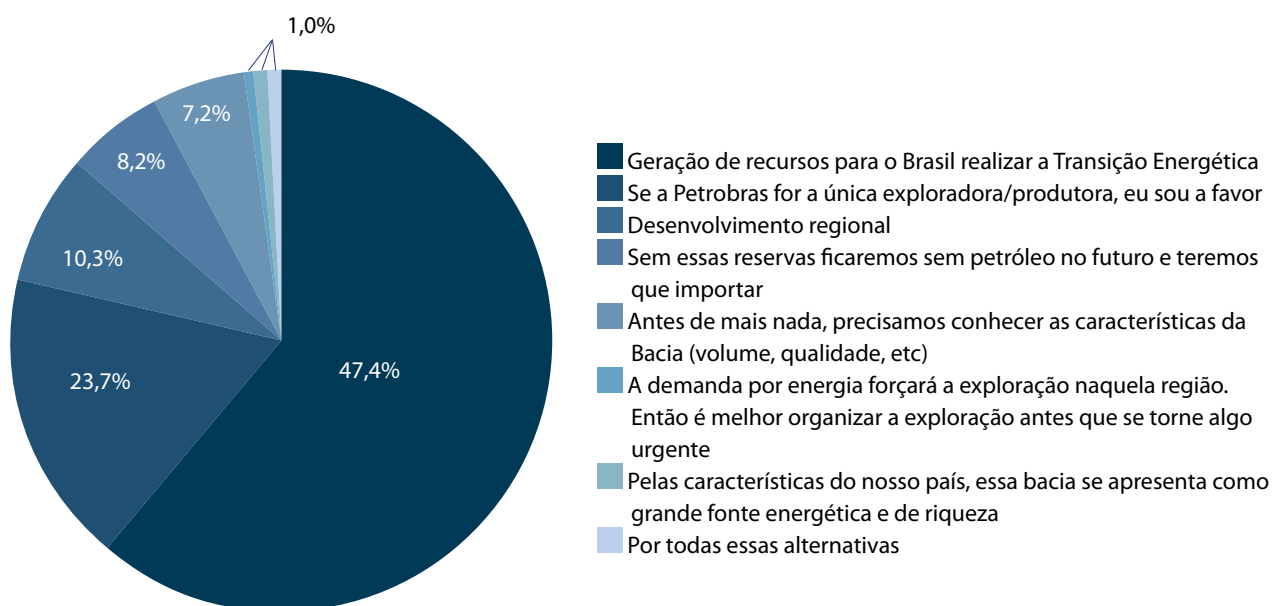
Fonte: Enquete sobre Transição Energética Justa, DIEESE

GRÁFICO 11. Você acha que o Brasil deveria explorar e produzir petróleo na Margem Equatorial, mais especificamente na Bacia da Foz do Amazonas?



Fonte: Enquete sobre Transição Energética Justa, DIEESE

GRÁFICO 12. Por qual motivo o Brasil deveria explorar e produzir petróleo na Margem Equatorial, mais especificamente na Bacia da Foz do Amazonas?



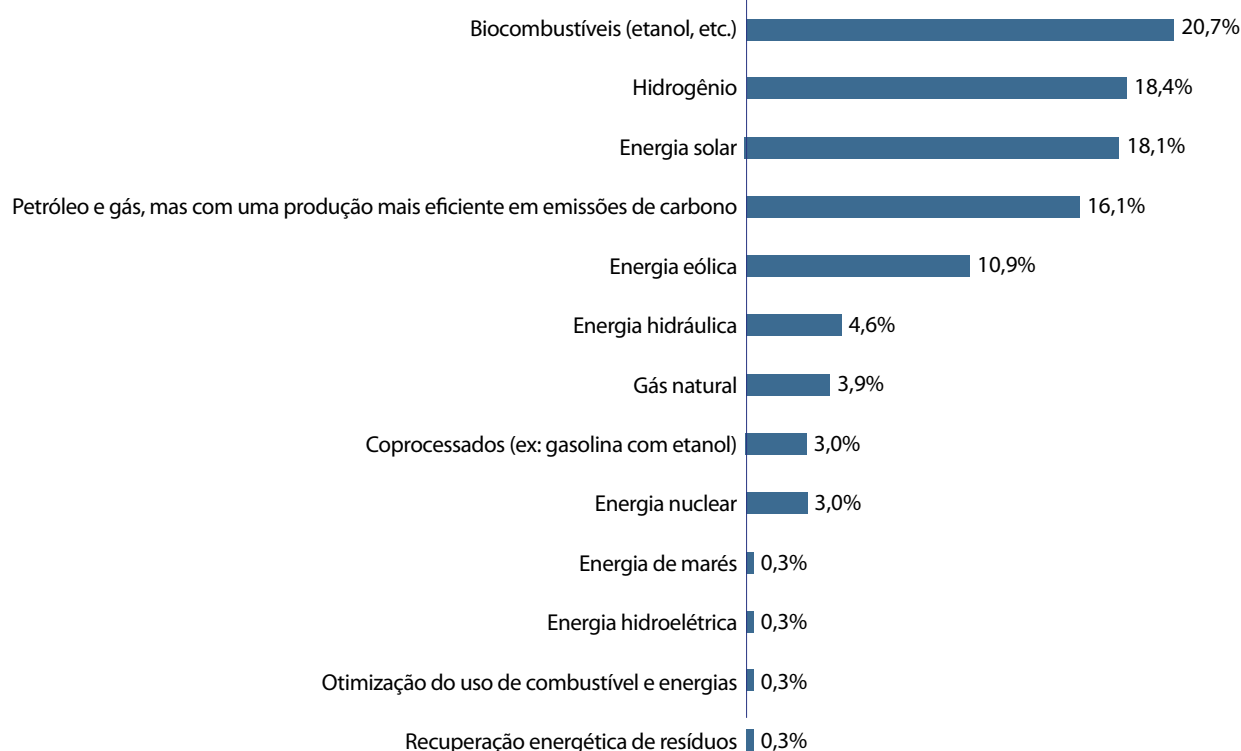
Fonte: Enquete sobre Transição Energética Justa, DIEESE

Por último, a quarta parte do questionário abordou os temas da transição energética, da Transição Energética Justa e da transição energética no Brasil. Questionou-se ao que os/as respondentes associam “transição energética no Brasil”; o que acham que é mais provável que ocorra com os/as petroleiros/as em caso de transição energética para longe do petróleo e gás; se já ouviram falar em “Transição Energética Justa” – e, se sim, onde e quando; e ao que associam o termo “Transição Energética Justa”. Além disso, indagou-se aos/as respondentes se conhecem a Política Nacional de Transição Energética e o Plano Nacional de Transição Energética (Plante), bem como sua opinião

sobre a forma estabelecida por essa política de participação da FUP na elaboração desse plano. Finalmente, questiona-se aos/às respondentes se eles/as acham que a FUP e os sindicatos de petroleiros/as deveriam defender uma Transição Energética Justa.

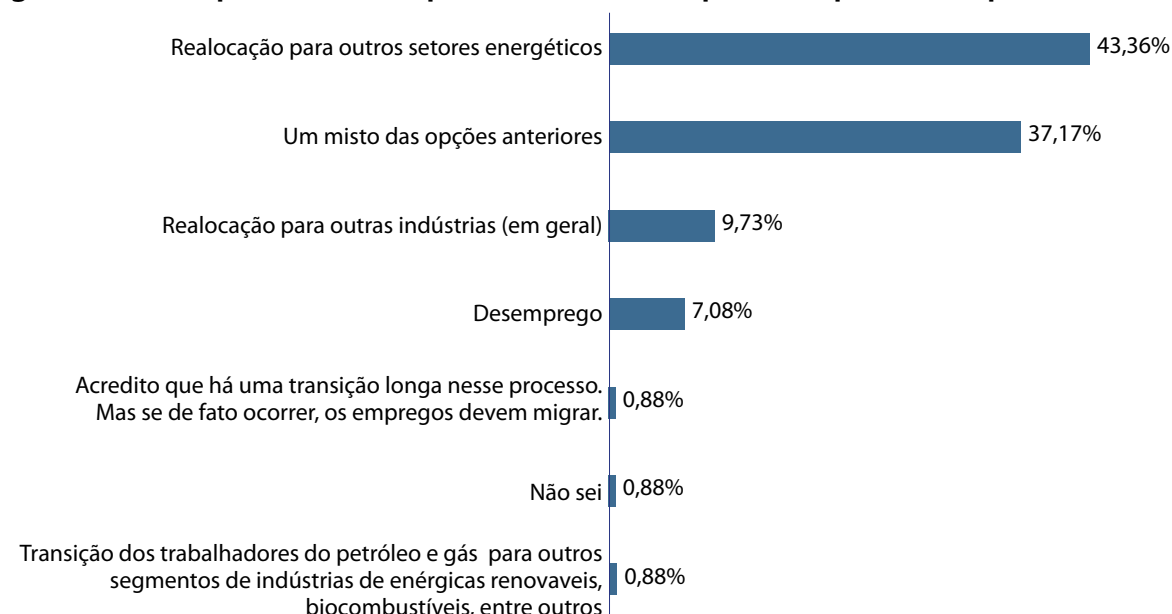
GRÁFICO 13. Quando você pensa em Transição Energética no Brasil, pensa em que?

(Nesta questão podem ser assinaladas até três alternativas)

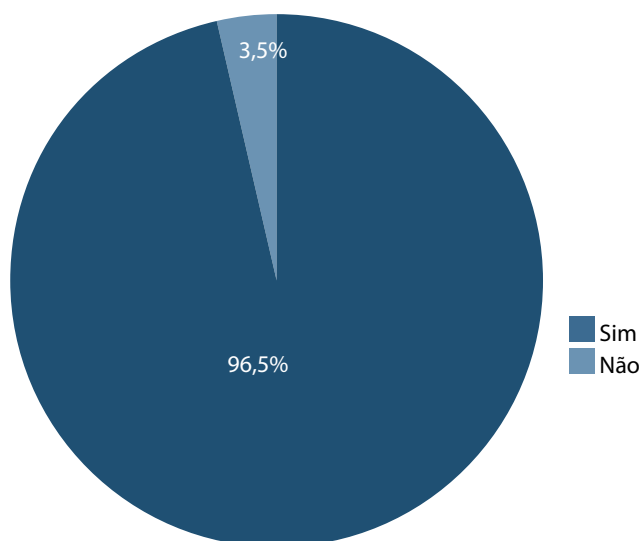


Fonte: Enquete sobre Transição Energética Justa, DIEESE

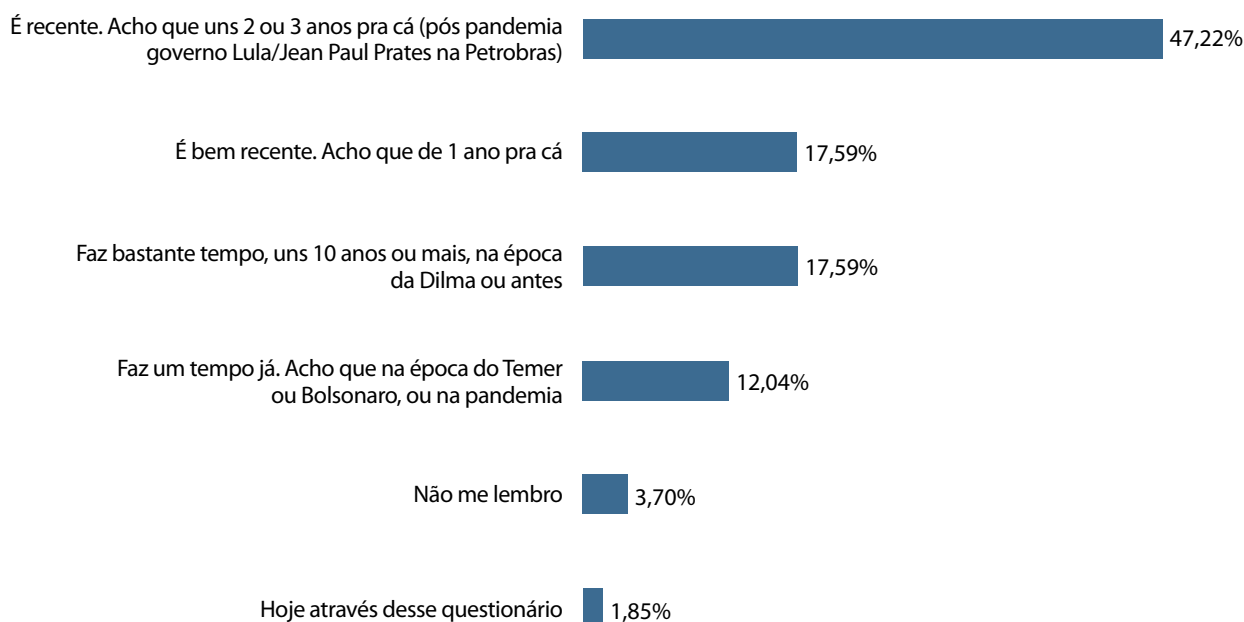
GRÁFICO 14. No caso de uma transição energética que reduzisse a produção de petróleo e gás no Brasil, qual o cenário que você acha mais provável para os/as petroleiros/as?



Fonte: Enquete sobre Transição Energética Justa, DIEESE

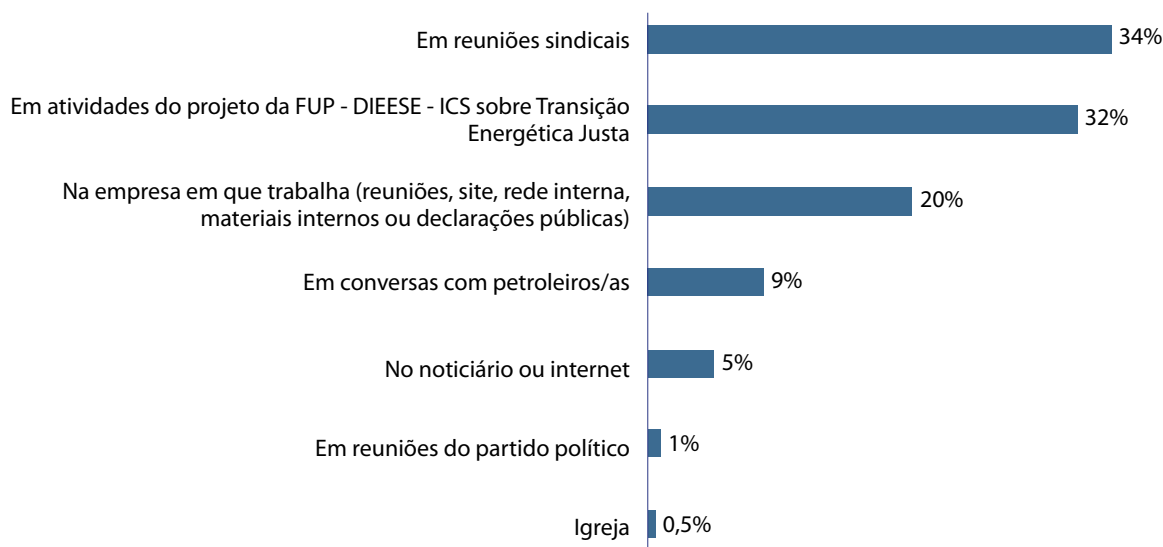
GRÁFICO 15. **Você já ouviu falar em “Transição Energética Justa”?**

Fonte: Enquete sobre Transição Energética Justa, DIEESE

GRÁFICO 16. **Quando foi a primeira vez que você ouviu falar (ou leu) o termo “Transição Energética Justa”?**

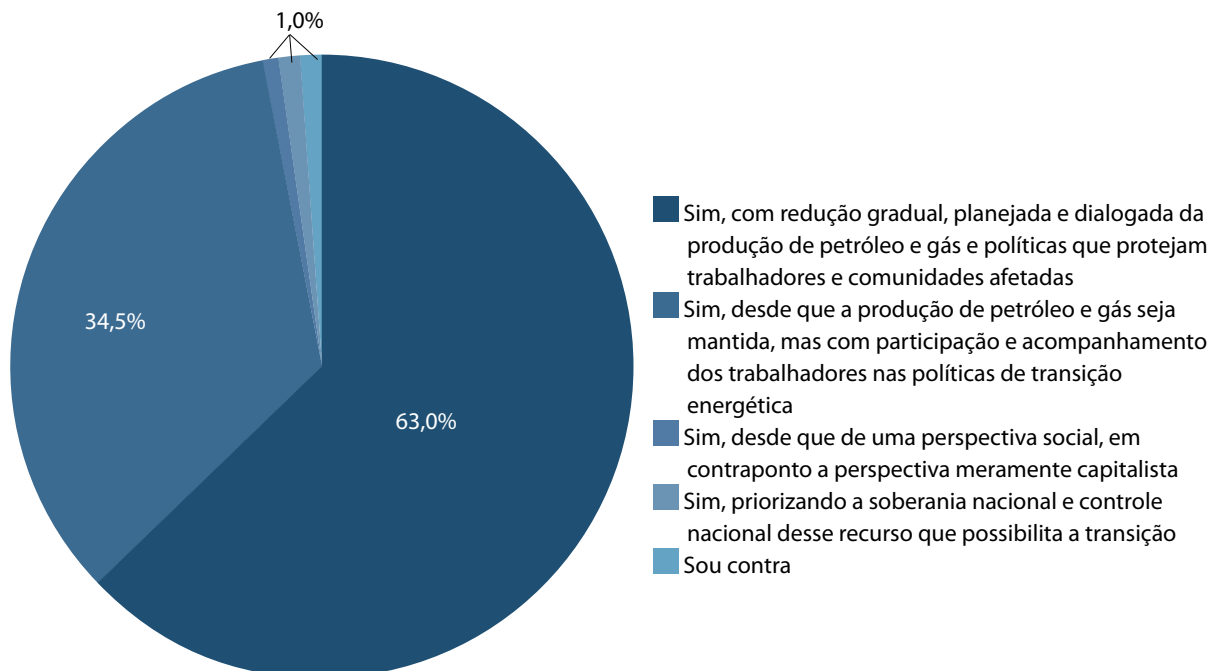
Fonte: Enquete sobre Transição Energética Justa, DIEESE

GRÁFICO 17. Onde você ouviu falar (ou leu) o termo “Transição Energética Justa”?



Fonte: Enquete sobre Transição Energética Justa, DIEESE

GRÁFICO 18. Você acha que a FUP e os sindicatos de petroleiros/as deveriam defender uma Transição Energética Justa?



Fonte: Enquete sobre Transição Energética Justa, DIEESE

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos principais dessa pesquisa era provocar os petroleiros e petroleiras a refletir sobre os temas do aquecimento global e mudanças climáticas e da Transição Energética Justa, contribuindo para o objetivo geral do projeto ICS-FUP-DIEESE de mobilizar o movimento sindical e os/as trabalhadores/as de setores de energia fóssil a lutarem por uma Transição Energética Justa. Pelas respostas das entrevistas, pôde-se verificar que, de fato, o Projeto ICS-FUP-DIEESE foi fundamental para introduzir e contribuir para o desenvolvimento dos debates e formulações sobre esses temas por parte dos/as dirigentes sindicais da FUP.

Alguns/mas trabalhadores/as do Sistema Petrobras também relataram ter tido contato inicial com esse debate por meio do movimento sindical, a partir de 2022 ou 2023, o que coincide com o período de execução do projeto.

Esse projeto contou com a realização de atividades de formação e de assessoria voltadas a dirigentes sindicais da FUP, nas quais foi possível aprofundar a reflexão sobre os temas tratados e preparar os participantes para intervenções qualificadas.

Os participantes das atividades tornaram-se referência no meio sindical petroleiro e pautaram nos eventos promovidos para a categoria - como a PlenaFUP, o Confup e congressos regionais - mesas de discussão sobre a questão climática e a transição energética justa, contribuiu para que o debate se difundisse para dirigentes dos sindicatos da FUP e trabalhadores/as do Sistema Petrobras.

A Transição Energética Justa, praticamente ausente dos debates do movimento sindical petroleiro fupista até 2022, tornou-se uma das principais pautas na 12ª PlenaFUP, realizada em agosto de 2025, cujo tema foi “Acordo Coletivo Forte e Transição Energética Justa”, objeto de discussão de um dos grupos de trabalho do evento.

O resultado do trabalho desse grupo foi a elaboração do “Plano de Transição Energética Justa, Soberana e Popular da FUP”, apresentado oficialmente por dirigentes da Federação em uma mesa da zona azul da COP30, em novembro de 2025. Com isso, o movimento sindical petroleiro intensificou o debate interno sobre o tema e logrou apresentar suas propostas em um espaço institucional de nível internacional.

Contudo, pôde-se notar pelos resultados das entrevistas que até entre os/as trabalhadores/as do Sistema Petrobras, houve os que entraram em contato com o termo não pelo meio sindical, mas pela própria Petrobras – e nesses casos predominaram percepções que o desaprovavam. Muitos/as também manifestaram níveis consideráveis de desconhecimento sobre o tema e em alguns casos vontade de se informar e dialogar mais sobre.

Entre os/as trabalhadores/as do setor privado, predominou o desconhecimento da expressão “transição energética justa” e os debates sobre o tema. Apenas alguns/mas deles/as afirmaram conhecer o termo e que esse contato se deu por meio da Petrobras. Com base nas entrevistas realizadas, pôde-se notar que a Petrobras tem logrado difundir o termo transição energética justa entre trabalhadores/as petroleiros/as. Porém, a recepção por esses/as trabalhadores/as desse termo tem sido majoritariamente negativa.

Na pesquisa que ora se apresenta adotou-se como hipótese que as posições, os graus e formas de participação nas discussões e nos processos de transição energética eram distintas entre os conjuntos de dirigentes sindicais, trabalhadores/as do Sistema Petrobras e trabalhadores/as do setor privado. Os resultados das entrevistas confirmaram que entre dirigentes sindicais da FUP houve muito mais contato com o debate sobre transição energética justa do que nos demais conjuntos.

Os resultados esperados dessa pesquisa eram que enquanto a FUP estaria se posicionando pró transição energética justa, entendida como um processo gradual e negociado com o movimento sindical de transformação setorial do petróleo para outras fontes de energia, sindicatos fupistas e trabalhadores/as da indústria de petróleo e gás, principalmente os/as do setor privado, estariam se posicionando contra a transição energética e por mais investimentos e produção de petróleo e gás para manutenção e elevação do emprego no setor. Os resultados obtidos nas entrevistas demonstraram que essa segunda proposição não se confirmou. A posição contrária à transição energética e favorável a mais investimentos no setor de petróleo e gás é rara entre dirigentes sindicais e trabalhadores/as petroleiros/as. Muitos/as compreendem a gravidade do aquecimento global e das mudanças climáticas e a necessidade de tomar medidas para reduzir esses fenômenos, entre elas a de reduzir e parar a queima de combustíveis fósseis. Outros/as, independentemente desse entendimento, percebem a transição energética como inevitável. O posicionamento mais comum identificado para defender a manutenção da produção e consumo de petróleo e gás não se contrapõe à transição energética, seja caracterizando-a como um processo de descarbonização do petróleo e gás - o que seria atingido por soluções tecnológicas - ou compreendendo esse processo como um aumento da produção energética através de fontes renováveis - o que é conceituado como adição energética.

Outra posição que é passível de muitas discussões e foi relativamente comum entre os/as entrevistados/as - embora só tenha sido mencionada na exposição dos resultados da pesquisa - é a que defende uma transição energética justa que substitua gradualmente - e de forma negociada com os sindicatos - o petróleo e o gás por energias renováveis. Como essa posição é similar à da FUP e endossada por muitos dirigentes sindicais e vários trabalhadores do Sistema Petrobras, há diversos motivos e argumentos que a embasam, mas aqui apenas um elemento importante será retomado: a dependência atual do consumo de petróleo e gás. Foi notável entre os três conjuntos de entrevistados/as, não somente a preocupação com os empregos da indústria de petróleo e gás, mas com o acesso à energia. No Brasil, o transporte de cargas e de pessoas depende dos derivados de petróleo e o gás natural é importante para o cozimento de alimentos, além de ser empregado em usinas termelétricas para estabilização do sistema elétrico.

Por último, vale pontuar que a proposição de que trabalhadores/as petroleiros/as, em especial os/as do setor privado, seriam mais resistentes a uma transição energética do que trabalhadores/as da Petrobras ou dirigentes sindicais da FUP não se sustentou. A preocupação com a crise climática e a defesa da necessidade de uma transição energética foi enfatizada nas falas de muitos/as entrevistados/as do setor privado. Quanto ao medo de perder o emprego por uma transição energética, de fato, foi expresso mais entre trabalhadores/as do setor privado, mas como ainda não há essa ameaça real, a posição adotada é a de que se desenvolvam novas indústrias que substituam a do petróleo e gás e que ofereçam bons empregos, para que os/as trabalhadores/as migrem. É como

um trabalhador do setor privado afirmou:

A gente não está na empresa porque ama petróleo. A gente quer levar o pão para casa. Se você conseguir, se tiver investimentos de outras empresas que possam fornecer um emprego, a energia renovável, juntar o útil ao agradável, eu concordaria sim, e acho que os colegas também, porque a gente não está ali porque quer destruir o mundo. A gente quer só ter um trabalho digno que possa levar o fruto para a nossa casa. E se trabalhar em uma empresa renovável, acho que você teria uma porcentagem de melhorar o mundo, né? Você estaria dentro desse conjunto. Então, seria muito bom. (Entrevista realizada em 29 de agosto de 2025)

ANEXO 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA – SINDICALISTAS

I - Informações Gerais:

1. Data e hora (início e fim) da entrevista:
2. Duração:
3. Local:
4. Como o contato foi estabelecido?

II - Dados Sociodemográficos do Entrevistado:

1. Nome/apelido:
2. Idade:
3. Estado Civil:
4. Sexo/Gênero:
5. Raça/Cor:
6. Escolaridade/Formação:
7. Empresa que trabalha ou trabalhava:
8. Quando entrou na empresa:
9. Ocupação/cargo que tinha:
10. Sindicato/federação:
11. Quando se tornou diretor/a:
12. Cargo no sindicato/federação:
13. Faixa de renda:
14. Dados para contato:

III - Perguntas Entrevista:

Diagnóstico da produção, consumo e da indústria de petróleo e gás:

1. Como você vê a produção e o consumo de petróleo e o gás natural no mundo hoje? Qual sua visão sobre a indústria de petróleo e gás?
2. E no futuro? Como você acha que será a produção e o consumo de petróleo e gás natural? (se acha que vai acabar ou reduzir bruscamente, em quanto tempo?)
- 3 Para você, quais os pontos positivos associados a indústria de petróleo e o gás natural?
4. E os negativos?

Percepção do trabalho na indústria petróleo e gás:

5. Você considera os trabalhos na indústria de petróleo e gás “dignos”/“decentes”? O que seria isso para você?
6. Como você vê o salário e os benefícios da indústria de petróleo e gás em relação aos de atividades de outros setores?

Visão sobre aquecimento global, suas causas e consequências:

7. Qual sua visão sobre o aquecimento global e as mudanças climáticas?
8. Você sente ou percebe os efeitos do aquecimento global e das mudanças climáticas no seu trabalho?
9. Você acha que o setor de petróleo e gás tem sido uma das principais causas do aquecimento global? (se não, e a queima de combustíveis fósseis, como diesel e gasolina?)

Visão sobre transição energética no setor de petróleo e gás:

10. Você acha que o mundo deve continuar explorando petróleo e gás? E o Brasil, deve explorar a Margem Equatorial?
11. Para atingir meta de limitar o aquecimento global a 2°C, de preferência a 1,5°C, em relação aos níveis pré-industriais, até 2100, o prognóstico do IPCC (2021) é que 50% das reservas de gás natural e 30% das reservas de petróleo no mundo não podem ser queimadas. O que você acha disso?
12. Quando você pensa em transição energética, você pensa em que?
13. No caso de uma transição energética no setor de petróleo e gás, você acha que a vida e a vida das famílias ligadas ao setor de petróleo e gás seriam afetadas? Que haveria desemprego? Ou seria mais uma mudança para outras indústrias de energia, outros empregos, trabalhadores sendo realocados...? Como você vê isso?

Movimento sindical e transição energética justa:

14. Sobre o movimento sindical, há discussões internas sobre transição energética justa? (se sim, o que se discute? E há quanto tempo essas discussões ocorrem?)
15. E há debate com a categoria sobre transição energética justa? (se sim, como, em que espaços, há quanto tempo?)
16. Há alguma ação específica do sindicato relacionada ao tema da transição energética justa?
17. Como você vê o futuro do sindicato diante dessa questão da transição energética no setor de petróleo e gás? Acha que terá uma mudança? (se sim, qual? Como?)

Visão sobre transição energética justa:

18. Para você, o que seria uma transição energética justa?
19. (Para você, dá para pensar em uma transição justa no setor de petróleo e gás que continue produzindo e queimando petróleo e gás?)
20. Tony Mazzocchi, liderança do Sindicato dos Trabalhadores do Petróleo, Químicos e Atômicos (OCAW), nos EUA, e criador do termo “Transição Justa”, defendia a criação de um “super fundo para os trabalhadores” que perderiam seus empregos com o fechamento de “indústrias tóxicas”. A ideia era que trabalhadores e comunidades afetadas por mudanças de consideração ambiental fossem compensadas/apoiadas pela perda do emprego. O que você acha dessa abordagem em uma transição para longe do petróleo e gás?
21. Outra abordagem defende que para uma transição energética ser “justa”, ela precisa reconhecer e dialogar com quem será impactado por ela, garantir a participação na tomada de decisões, distribuir com equidade os ganhos e perdas da transição e reparar injustiças históricas. O que você acha dessa abordagem em uma transição para longe do petróleo e gás?

22. Por fim, outra abordagem argumenta que para uma transição energética ser justa, não basta que ela proteja os trabalhadores e as comunidades diretamente afetadas. Ela precisa gerar trabalhos decentes nos outros setores, fortalecer a democracia, beneficiar o conjunto da sociedade com a redução da poluição e estar associada a uma mudança de visão de mundo (ou até de lógica econômica) menos consumista e menos focada no crescimento econômico. O que você acha dessa abordagem?
23. Falando aqui do Brasil, você tem conhecimento da Política Nacional de Transição Energética (PNTE) e do Plano Nacional de Transição Energética (PLANTE)?
24. Segundo apresentação do PLANTE (abril de 2024): “não basta abandonar a produção de petróleo, pois isso não implicará automaticamente em uma redução no consumo nacional e global (...) o sucesso requer foco na criação de alternativas de baixo carbono, que permitam vislumbrar a menor dependência dos combustíveis fósseis para as contas públicas, a segurança energética e o acesso à energia”. O que você acha dessa avaliação do Governo Federal?
25. Sobre a participação da sociedade civil, dentro da PNTE está sendo criado o Fórum Nacional de Transição Energética (FONTE), um fórum consultivo, composto por membros do governo, da sociedade civil (movimentos sociais, sindicais – CUT, FUP, ONGs e academia) e das empresas, cujo objetivo é elaborar uma “Carta de Recomendações” para auxiliar o Ministério de Minas e Energia e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) a elaborar o PLANTE. Você já tinha conhecimento disso? O que acha dessa forma de participação do movimento sindical petroleiro nesse processo?
26. Aliás, você acha que os sindicatos/trabalhadores deveriam defender uma transição energética justa no setor de petróleo e gás? (Se sim, como isso deveria ser feito?)

Bônus: para quem é da Petrobras

A Petrobras afirma que está empenhada em uma “transição energética justa”.

Quanto às iniciativas de transição energética da Petrobras, ela assumiu 6 compromissos com o clima: reduzir em 30% as emissões absolutas operacionais totais até 2030, em relação a 2015; zerar a queima de flare até 2030; reinjetar 80 milhões de toneladas de CO₂ em projetos de CCUS; manter as emissões de GEE no E&P em 15kg CO₂e/boe até 2030; reduzir as emissões de GEE no refino de 36 para 30kg CO₂e/boe até 2030; reduzir a intensidade de emissões de metano no upstream até 2030 a 70% do que era em 2015. Além disso, a empresa afirma que está investindo em eólica offshore, hidrogênio verde, biorefino e produtos de baixo carbono.

Quanto ao que a empresa entende por “transição justa”, ela diz que “precisa considerar principalmente a sustentabilidade, a igualdade e a inclusão (...) o foco é a migração para uma energia mais limpa, mas sem deixar ninguém para trás, nem os trabalhadores nem os consumidores” e a Petrobras explica que não deixar ninguém para trás significa oferecer “energia de forma acessível enquanto garante o acesso a empregos de qualidade, também fomentando o empreendedorismo local”

O que você acha da Transição Energética Justa da Petrobras?

Conclusão:

27. Tem mais alguma coisa que eu não perguntei e você queira acrescentar?

ANEXO 2

ROTEIRO DE ENTREVISTA – TRABALHADORES

I - Informações Gerais:

1. Data e hora (início e fim) da entrevista:
2. Duração:
3. Local: online
4. Como o contato foi estabelecido?

II - Dados Sociodemográficos do Entrevistado:

1. Nome/apelido:
2. Idade:
3. Estado Civil:
4. Sexo/Gênero:
5. Raça/Cor:
6. Escolaridade/Formação:
7. Empresa que trabalha:
8. Há quanto tempo:
9. Ocupação/Cargo:
10. Faixa de renda:
11. Onde você trabalha? Mora no mesmo local que você trabalha?
12. É sindicalizado? Se sim, qual sindicato?
- 13.
14. Dados para contato:

III - Perguntas Entrevista:

Diagnóstico da produção, consumo e da indústria de petróleo e gás:

1. Como você vê a produção e o consumo de petróleo e o gás natural no mundo hoje? Qual sua visão sobre a indústria de petróleo e gás?
2. E no futuro? Como você acha que será a produção e o consumo de petróleo e gás natural? (se acha que vai acabar ou reduzir bruscamente, em quanto tempo?)
3. Para você, quais os pontos positivos associados a indústria de petróleo e o gás natural?
4. E os negativos?

Percepção do trabalho na indústria petróleo e gás:

5. Você considera o seu trabalho como um "trabalho digno"/"trabalho decente"? O que para você seria isso? (Se sim, ao que você atribui isso?)
6. Como você vê o seu salário e os seus benefícios em relação aos de outras empresas do setor de petróleo e gás? E em relação aos de outras atividades fora do setor de petróleo e gás?
7. Qual sua perspectiva profissional? Onde você se vê trabalhando daqui 10, 20 anos?

Visão sobre aquecimento global, suas causas e consequências:

8. Qual sua visão sobre o aquecimento global e as mudanças climáticas?
9. Você sente ou percebe os efeitos do aquecimento global e das mudanças climáticas no seu trabalho?
10. Você acha que o setor de petróleo e gás tem sido uma das principais causas do aquecimento global? (se não, e a queima de combustíveis fósseis, como diesel e gasolina?)

Visão sobre transição energética no setor de petróleo e gás:

11. Você acha que o mundo deve continuar explorando petróleo e gás? E o Brasil, deve explorar a Margem Equatorial?
12. Para atingir meta de limitar o aquecimento global a 2°C, de preferência a 1,5°C, em relação aos níveis pré-industriais, até 2100, o prognóstico do IPCC (2021) é que 50% das reservas de gás natural e 30% das reservas de petróleo no mundo não podem ser queimadas. O que você acha disso?
13. Quando você pensa em transição energética, você pensa em que?
14. No caso de uma transição energética no setor de petróleo e gás, você sente que sua vida e a vida das famílias de onde você mora/trabalha podem ser afetadas? Que você poderia perder seu posto de trabalho e/ou ser realocado? Nesse caso, pela sua ocupação/função, você acha que seria possível ser realocado para outro segmento de energia (eólica, solar, etc.)? Precisaria de uma requalificação? Como você acha que seria isso?

Visão sobre transição energética justa:

15. Você já ouviu falar de transição energética justa? (se sim, o que?) (na empresa que você trabalha, tem alguma iniciativa nesse sentido? Algum debate sobre esse assunto?)
16. Para você, o que seria uma transição energética justa?
17. (Para você, dá para pensar em uma transição justa no setor de petróleo e gás que continue produzindo e queimando petróleo e gás?)
18. Tony Mazzocchi, liderança do Sindicato dos Trabalhadores do Petróleo, Químicos e Atômicos (OCAW), nos EUA, e criador do termo “Transição Justa”, defendia a criação de um “super fundo para os trabalhadores” que perderiam seus empregos com o fechamento de “indústrias tóxicas”. A ideia era que trabalhadores e comunidades afetadas por mudanças de consideração ambiental fossem compensadas/apoiadas pela perda do emprego. O que você acha dessa abordagem em uma transição para longe do petróleo e gás?
19. Outra abordagem defende que para uma transição energética ser “justa”, ela precisa reconhecer e dialogar com quem será impactado por ela, garantir a participação na tomada de decisões, distribuir com equidade os ganhos e perdas da transição e reparar injustiças históricas. O que você acha dessa abordagem em uma transição para longe do petróleo e gás?
20. Por fim, outra abordagem argumenta que para uma transição energética ser justa, não basta que ela proteja os trabalhadores e as comunidades diretamente afetadas. Ela precisa gerar trabalhos decentes nos outros setores, fortalecer a democracia, beneficiar o conjunto da sociedade com a redução da poluição e estar associada a uma mudança de visão de mundo (ou até de lógica econômica) menos consumista e menos focada no crescimento econômico. O que você acha dessa abordagem?
21. Falando aqui do Brasil, você tem conhecimento da Política Nacional de Transição Energética (PNTE) e do Plano Nacional de Transição Energética (PLANTE)?

22. Segundo apresentação do PLANTE (abril de 2024): “não basta abandonar a produção de petróleo, pois isso não implicará automaticamente em uma redução no consumo nacional e global (...) o sucesso requer foco na criação de alternativas de baixo carbono, que permitam vislumbrar a menor dependência dos combustíveis fósseis para as contas públicas, a segurança energética e o acesso à energia”. O que você acha dessa avaliação do Governo Federal?
23. Sobre a participação da sociedade civil, dentro da PNTE está sendo criado o Fórum Nacional de Transição Energética (FONTE), um fórum consultivo, composto por membros do governo, da sociedade civil (movimentos sociais, sindicais – CUT, FUP, ONGs e academia) e das empresas, cujo objetivo é elaborar uma “Carta de Recomendações” para auxiliar o Ministério de Minas e Energia e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) a elaborar o PLANTE. Você já tinha conhecimento disso? O que acha dessa forma de participação do movimento sindical petroleiro nesse processo?
24. Aliás, você acha que os sindicatos/trabalhadores deveriam defender uma transição energética justa no setor de petróleo e gás? (Se sim, como isso deveria ser feito?)

Bônus: para quem é da Petrobras

A Petrobras afirma que está empenhada em uma “transição energética justa”.

Quanto às iniciativas de transição energética da Petrobras, ela assumiu 6 compromissos com o clima: reduzir em 30% as emissões absolutas operacionais totais até 2030, em relação a 2015; zerar a queima de flare até 2030; reinjetar 80 milhões de toneladas de CO₂ em projetos de CCUS; manter as emissões de GEE no E&P em 15kg CO₂e/boe até 2030; reduzir as emissões de GEE no refino de 36 para 30kg CO₂e/boe até 2030; reduzir a intensidade de emissões de metano no upstream até 2030 a 70% do que era em 2015. Além disso, a empresa afirma que está investindo em eólica offshore, hidrogênio verde, biorefino e produtos de baixo carbono.

Quanto ao que a empresa entende por “transição justa”, ela diz que “precisa considerar principalmente a sustentabilidade, a igualdade e a inclusão (...) o foco é a migração para uma energia mais limpa, mas sem deixar ninguém para trás, nem os trabalhadores nem os consumidores” e a Petrobras explica que não deixar ninguém para trás significa oferecer “energia de forma acessível enquanto garante o acesso a empregos de qualidade, também fomentando o empreendedorismo local”

O que você acha da Transição Energética Justa da Petrobras?

Conclusão:

25. Tem mais alguma coisa que eu não perguntei e você queira acrescentar?

ANEXO 3

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Senhor(a),

Você está sendo convidado(a) a participar voluntariamente como entrevistado(a) do Projeto de Pesquisa **“Mobilização dos trabalhadores das indústrias de energia fóssil pela transição energética justa”**, desenvolvido pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos -, em conjunto a FUP – Federação Única dos Petroleiros – e do ICS – Instituto Clima e Sociedade. O objetivo desta pesquisa é o levantamento de informações acerca da visão de dirigentes sindicais e trabalhadores e trabalhadoras petroleiras sobre transição justa e a transição energética no setor de petróleo e gás no Brasil.

Esclarecemos que toda e qualquer informação obtida durante esta entrevista será utilizada de forma a proteger a identidade dos participantes e a assegurar que as informações permaneçam confidenciais. O(a) senhor(a) tem o direito de não responder a qualquer pergunta e de interromper a participação quando quiser, sem que nenhum dano e/ou prejuízo ocorra.

A entrevista terá duração aproximada de 60 a 90 minutos e para registro e plena utilização das informações prestadas, faremos uso do gravador de áudio/voz. Todos os materiais (gravação e transcrição) ficarão guardados em lugares aos quais somente a equipe da pesquisa terá acesso e serão mantidos em sigilo no Dieese, conforme Resolução 466/12 e orientações da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018. Os dados coletados na entrevista serão tratados e poderão ser divulgados, como resultados da pesquisa, em estudos e artigos, sem identificação dos/as entrevistados/as, a menos que eles/as expressamente autorizem, assegurando a confidencialidade dos/as entrevistados/as.

Agradecemos sua colaboração.

Declaro que, após esclarecido pelo pesquisador e tendo entendido o que me foi explicado, estou de acordo em participar voluntariamente desta entrevista.

Nome:

R.G. ou CPF (opcional)

Assinatura

Local e data

Declaração do Pesquisador

Eu, **Carlos Takashi Jardim da Silveira**, expliquei ao(a) participante voluntário(a) da entrevista, seus objetivos, os procedimentos e métodos para a coleta de informações, sendo que o(a) mesmo(a) assinou esse termo de consentimento voluntariamente.

Assinatura

Local e data

